

FACULDADES INTEGRADAS DE PEDRO LEOPOLDO

Mestrado Profissional em Administração

Tatiane Maria Lage

**A EDUCAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL E A INSERÇÃO OCUPACIONAL DO
JOVEM ALUNO TRABALHADOR**

PEDRO LEOPOLDO

2008

Tatiane Maria Lage

**A EDUCAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL E A INSERÇÃO OCUPACIONAL DO
JOVEM ALUNO TRABALHADOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração das Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Área de concentração: Gestão da Inovação e Competitividade.

Linha de Pesquisa: Estratégia e Competitividade.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Calixta.

Pedro Leopoldo

Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo

2008

*Dedico este trabalho:
Aos meus pais,
José Délcio e Maria Geralda;
Aos meus irmãos, Tagiane e
Juninho;*

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois, sem sua ajuda, nada seria possível;

À minha família, pela confiança e apoio;

Ao Rodrigo, pelo apoio incondicional e pela confiança depositada;

Às minhas amigas do mestrado, pelas conversas e pela amizade;

À direção, aos professores, aos funcionários e aos alunos do MPA que participaram deste trabalho;

Ao professor Dr. Mauro Calixta Tavares, por aceitar a orientação deste estudo e conduzir seu desenvolvimento, com muita sabedoria e paciência;

Aos professores Tarcísio Afonso e Maria Celeste pelo aprendizado proporcionado;

A todos os meus ex-alunos, que sempre estarão na minha memória e no meu coração;

Aos alunos, professores e funcionários da Escola Técnica Vale do Aço pela colaboração, gentileza e consideração que tiveram durante todo o trabalho feito em campo;

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

ELOGIO AO APRENDIZADO

*Aprenda o mais simples! Para
aqueles
Cuja hora chegou
Nunca é tarde demais!
Aprenda o ABC; não basta, mas
Aprenda! Não desanime!
Você tem que assumir o comando!*

*Aprenda homem no asilo!
Aprenda, homem na prisão!
Aprenda, mulher na cozinha,
Aprenda, ancião!
Você tem que assumir o comando!
Frequente a escola, você que não
tem casa!
Adquira conhecimento, você que
tem frio!
Você que tem fome, agarre o livro:
é uma
Arma.
Você tem que assumir o comando!*

*Não se envergonhe de perguntar,
camarada!
Não se deixe convencer
Veja com seus olhos!
O que não sabe por conta própria
Não sabe.
Verifique a conta
É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada item*

*Pergunte: O que é isso?
Você tem que assumir o comando.*

Bertolt Brecht

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação foi identificar como a Educação Técnico Profissional contribui para a inserção, manutenção e mobilidade dos alunos no atual mundo do trabalho, utilizando-se, para tanto, de pesquisa entre alunos dos cursos de Administração e Segurança do Trabalho da Escola Técnica Vale do Aço (ETVA). A dissertação encontrou justificativa nas transformações que vem acontecendo no mundo do trabalho, em que a revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão de currículos, tanto da educação básica quanto da educação profissional, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como a capacidade de visualização e resolução de problemas. A revisão bibliográfica referente ao histórico da Educação Técnico Profissional procurou contextualizar o cenário do ensino técnico brasileiro e sua evolução. A metodologia utilizada foi a pesquisa quantitativa-descritiva entre a totalidade de alunos de Administração e Segurança do trabalho da Escola Técnica Vale do Aço. Os resultados obtidos nesta dissertação apontam para um processo de Educação Profissional que integra “saberes” e “fazeres” mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade. Os resultados encontrados demonstraram-se importantes, não somente por se incorporarem ao meio acadêmico, mas também por fornecer meios para a integração ao mundo do trabalho produtivo, desenvolvendo práticas educativas de qualificação para o trabalho.

Palavras-Chave: Educação Técnico Profissional. Inserção Ocupacional. Mercado de trabalho.

ABSTRACT

The main purpose of this dissertation was to identify how the Professional Technical Education contributes to the integration, maintenance and mobility of students in today's world of work, using, for that, the search among students of the courses of Administration and Safety of work at Vale do Aço school(ETVA). The dissertation found justification in the processing which is happening in the world of work, where the technological revolution and the process of work reorganization requires a complete revision of community cije activities, both basic education as professional education, since it is required for workers, increasing doses, increased capacity of reasoning, intellectual independence, critical thinking, own initiative and entrepreneurial spirit, as well as the ability to display and resolution of problems. Literature reviews concerning the history of the Professional Technical Education sought contextualize the scenario of Brazilian technical education and its evolution. The methodology used was a quantitative research-descriptive between all students of Administration and Security work at the Vale do Aço school. The results obtained in this dissertation point to a process of Professional Education which includes "knowledge" and "action" through the exercise of the multiple activities of life in community. The results found are so important, not only because they incorporate the academic environment, but also by providing a means for integrating the world of productive work and developing educational practices of qualification for the job.

Keywords: Professional Technical Education. Occupational Insertion. Job market.

LISTA DE SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET's	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEP	Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de nível Técnico
ETF's	Escola Técnicas Federais
ETP	Educação Técnico Profissional
ETVA	Escola Técnica Vale do Aço
GOT	Ginásios Orientados para o Trabalho
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PREMEN	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Matrículas da educação profissional, por ano, segundo a área profissional no período de 2003 a 2005	77
Gráfico 2:	Matrículas da educação profissional, por ano, segundo o sexo no período de 2003 a 2005.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Finalidades das modalidades de ensino.....	22
Quadro 2:	Novas qualificações para o trabalho.....	42
Quadro 3:	Método de Ensino por competências.....	46
Quadro 4:	Reestruturação do Ensino Médio e Profissional.....	66
Quadro 5:	Áreas Profissionais.....	67
Quadro 6:	Matriz Curricular.....	69
Quadro 7:	Matriz de Referência.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Estabelecimentos e Matrículas da Educação Profissional de Nível Médio no Período 2003 a 2005.....	73
Tabela 2:	Estabelecimentos por Dependência Administrativa no período 2003/2005.....	74
Tabela 3:	Matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa no período 2003/2005.....	75
Tabela 4:	Matrículas da Educação Profissional, por Ano, segundo a Área Profissional no período de 2003 a 2005.....	76
Tabela 5:	Matrículas da Educação Profissional, por Ano e Sexo, segundo a Área Profissional no período de 2003 a 2005.....	78
Tabela 6:	Sexo do Respondente.....	94
Tabela 7:	Faixa Etária do Respondente.....	94
Tabela 8:	Curso do Respondente.....	95
Tabela 9:	Período do Respondente.....	95
Tabela 10:	Local em que reside.....	96
Tabela 11:	Classe Sócio-Econômica.....	96
Tabela 12:	Responsável pelo pagamento da Mensalidade escolar.....	97
Tabela 13:	Origem Escolar do Respondente.....	97
Tabela 14:	Tempo Fora da Escola.....	98
Tabela 15:	O curso Que faz é exatamente o curso que gostaria estar fazendo.....	98
Tabela 16:	Motivo para Continuar Fazendo o Curso.....	99
Tabela 17:	Curso Desejado.....	99

Tabela 18:	O curso que você está fazendo é exatamente o curso que você gostaria de estar fazendo? * sexo.....	100
Tabela 19:	O curso que você está fazendo é exatamente o curso que você gostaria de estar fazendo? * classe sócio-econômica.....	100
Tabela 20:	O curso que você está fazendo é exatamente o curso que você gostaria de estar fazendo? * faixa etária.....	100
Tabela 21:	o curso que você está fazendo é exatamente o curso que você gostaria de estar fazendo? * curso.....	100
Tabela 22:	Motivos Mais Importantes Para Iniciar Estudos em uma Escola Técnica.....	101
Tabela 22A:	O Mais Importante Motivo Para Iniciar Estudos em uma Escola Técnica.....	102
Tabela 23:	Mais importante motivo para você ter iniciado seus estudos em uma escola técnica * sexo.....	103
Tabela 24:	Mais importante motivo para você ter iniciado seus estudos em uma escola técnica * classe sócio-econômica.....	103
Tabela 25:	Mais importante motivo para você ter iniciado seus estudos em uma escola técnica * faixa etária.....	103
Tabela 26:	Mais importante motivo para você ter iniciado seus estudos em uma escola técnica * curso.....	104
Tabela 27:	Importância dada a ETVA.....	104
Tabela 28:	Ocupação Profissional.....	105
Tabela 29:	Tempo sem Trabalho.....	106
Tabela 29A:	Tempo Acima de 1 ano.....	106

Tabela 30:	Com relação ao trabalho, qual é a situação que você se encontra atualmente? * sexo.....	106
Tabela 31:	Com relação ao trabalho, qual é a situação que você se encontra atualmente? * classe sócio-econômica.....	107
Tabela 32:	Com relação ao trabalho, qual é a situação que você se encontra atualmente? * faixa etária.....	107
Tabela 33:	Com relação ao trabalho, qual é a situação que você se encontra atualmente? * curso.....	107
Tabela 34:	Importância Dada a ETVA Para Melhorar a Ocupação Profissional....	109
Tabela 34A:	Outros Motivos.....	109
Tabela 35:	Utilização do Conhecimento Técnico no Trabalho.....	114
Tabela 36:	Experiência do Trabalho Utilizada na Sala de Aula.....	114
Tabela 37:	Pretensões Depois de Concluir o Ensino Técnico.....	115
Tabela 37A:	Outras Pretensões.....	115
Tabela 38:	O que você pretende fazer depois de concluir o ensino técnico*sexo..	116
Tabela 39:	O que você pretende fazer depois de concluir o ensino técnico * faixa etária.....	116
Tabela 40:	O que você pretende fazer depois de concluir o ensino técnico * classe sócio-econômica.....	117
Tabela 41:	O que você pretende fazer depois de concluir o ensino técnico? * curso.....	117
Tabela 42:	Relação entre classe social e motivos para iniciar estudos em uma escola técnica.....	118
Tabela 43:	Relação entre classe social e motivos para iniciar estudos em uma escola técnica.....	119
Tabela 44:	Relação entre curso e pretensões após conclusão do ensino técnico....	120

Tabela 45:	Relação entre período matriculado e ocupação profissional.....	120
Tabela 46:	Relação entre sexo e importância dos contatos.....	121
Tabela 47:	Relação entre faixa etária e motivo cursar uma faculdade.....	122
Tabela 48:	Relação entre curso e conhecimento técnico.....	123
Tabela 49:	Relação entre curso e experiências de trabalho.....	124
Tabela 50:	Relação entre curso e faixa etária.....	124
Tabela 51:	Relação entre local em que reside e faixa etária.....	125
Tabela 52:	Resultado do teste qui-quadrado para as hipóteses levantadas.....	126

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Problema.....	21
1.2 Justificativa.....	24
1.3 Objetivos.....	28
1.3.1 Objetivo Geral.....	28
1.3.2 Objetivos Específicos	28
1.4 Estrutura da Dissertação.....	29
2. REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1 Trabalho e Educação.....	31
2.2 As Transformações no Mundo do trabalho.....	32
2.3 Trabalho e Competências.....	36
2.4 O Modelo das Competências e suas Implicações para a Política Educacional.	44
2.5 A Educação Profissional no Brasil.....	49
2.5.1 Trajetória Histórica.....	49
2.5.2 As Reformas na Educação Profissional: A lei 5.692/71.....	54
2.5.3. A Reforma na Educação Profissional: O Decreto 2.208/97.....	57
2.6 Nova Configuração do Curso Técnico de Nível Médio.....	66
3 Cenário Atual da Educação Profissional e as Hipóteses da Pesquisa.....	73
3.1 Cenário Atual da Educação Profissional.....	73
3.1.1 Estabelecimentos e Matrículas da Educação Profissional.....	73
3.1.2 Estabelecimentos e Matrículas por Dependência Administrativa.....	74
3.1.3 Matrículas por Área Ocupacional.....	75
3.1.4 Matrículas por Sexo.....	78

3.2 Hipóteses da Pesquisa.....	80
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	82
4.1 Estratégia de pesquisa.....	82
4.2 Tipo de Pesquisa.....	83
4.3 Unidade de Análise.....	84
4.4 Unidade de Observação	87
4.5 Universo e Amostra da Pesquisa.....	87
4.6 Instrumento de coleta de dados e seu pré-teste.....	88
4.7 Coleta de Dados.....	90
4.8 Tratamento dos Dados.....	91
4.9 Teste Estatístico.....	91
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	93
5.1 Perfil dos Respondentes.....	93
5.2. Relato se o curso que está fazendo é exatamente o que gostaria.....	98
5.3 Fatores que contribuíram com a escolha do aluno pela educação profissional.	101
5.4 Informações sobre a vida produtiva dos alunos.....	105
5.5 Interação da ETVA com a vida produtiva dos alunos.....	113
5.6 Expectativas profissionais após a conclusão do curso na ETVA.....	115
5.7 Discussão dos resultados com base nas hipóteses delimitadas.....	117
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
6.1 Limitações e Recomendações para Futuras Pesquisas.....	132
REFERÊNCIAS.....	133
APÊNDICES.....	136
APÊNDICE A – Questionário.....	136
ANEXOS.....	140

ANEXO A – Teste de Hipóteses.....	140
-----------------------------------	-----

1. INTRODUÇÃO

A educação para o trabalho não tem sido tradicionalmente colocada na pauta da sociedade brasileira como universal. O não entendimento da abrangência da educação profissional na ótica do direito à educação e ao trabalho, associando-a unicamente à "formação de mão-de-obra", tem reproduzido o dualismo existente na sociedade brasileira entre as "elites condutoras" e a maioria da população, levando, inclusive, a se considerar o ensino normal e a educação superior como não tendo nenhuma relação com educação profissional.

A formação profissional, desde as suas origens, sempre foi reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional). Ao trabalho, freqüentemente associado ao esforço manual e físico, acabou se agregando ainda a idéia de sofrimento. Aliás, etimologicamente o termo trabalho tem sua origem associada ao "tripalium", instrumento usado para tortura. A concepção do trabalho associado a esforço físico e sofrimento inspira-se, ainda, na idéia mítica do "paraíso perdido".

Por exemplo, no Brasil, a escravidão, que perdurou por mais de três séculos, reforçou essa distinção e deixou marcas profundas e preconceituosas com relação à categoria social de quem executava trabalho manual. Independentemente da boa qualidade do produto e da sua importância na cadeia produtiva, esses trabalhadores sempre foram relegados a uma condição social inferior.

A herança colonial escravista influenciou preconceituosamente as relações sociais e a visão

da sociedade sobre a educação e a formação profissional. O desenvolvimento intelectual, proporcionado pela educação escolar acadêmica, era visto como desnecessário para a maior parcela da população e para a formação de "mão-de-obra". Não se reconhecia vínculo entre educação escolar e trabalho, pois a atividade econômica predominante não requeria educação formal ou profissional.

O saber, transmitido de forma sistemática através da escola, e sua universalização, só foi incorporado aos direitos sociais dos cidadãos bem recentemente, já no século XX, quando se passou a considerar como condições básicas para o exercício da cidadania a educação, a saúde, o bem-estar econômico e a profissionalização.

Até meados da década de setenta, deste século, a formação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operários semi-qualificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com competências em níveis de maior complexibilidade, em virtude da rígida separação entre o planejamento e a execução. Havia pouca margem de autonomia para o trabalhador, uma vez que o monopólio do conhecimento técnico e organizacional cabia, quase sempre, apenas aos níveis gerenciais. A baixa escolaridade da massa trabalhadora não era considerada entrave significativo à expansão econômica.

A partir da década de 1980, as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. Em consequência,

passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação profissional básica aos não qualificados; qualificação profissional de técnicos; e educação continuada, para atualização, aperfeiçoamento, especialização e requalificação de trabalhadores.

Nas décadas de 1970 e 1980 multiplicaram-se estudos referentes aos impactos das novas tecnologias, que revelaram a exigência de profissionais mais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constante mutação. Como resposta a este desafio, escolas e instituições de educação profissional buscaram diversificar programas e cursos profissionais, atendendo novas áreas e elevando os níveis de qualidade da oferta.

As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados. À destreza manual se agregam novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões mediada por novas tecnologias da informação. A estrutura rígida de ocupações altera-se. Equipamentos e instalações complexas requerem trabalhadores com níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. As mudanças aceleradas no sistema produtivo passam a exigir uma permanente atualização das qualificações e habilitações existentes e a identificação de novos perfis profissionais.

Não se concebe, atualmente, a educação profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim, como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional requer além do domínio operacional de um determinado

fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Não se pode tratar da educação profissional sem referência à trabalhabilidade, desafio maior de um tempo em que a globalização e a disponibilidade de ferramentas tecnológicas avançadas, rápida e continuamente recicladas ou substituídas, determinam que produtividade e competitividade são condições de sobrevivência e, portanto, palavras de ordem nos negócios e empreendimentos produtivos contemporâneos.

É certo que a solução dessa problemática não se resume ou concentra no melhor, mais amplo e flexível preparo dos trabalhadores, como querem fazer crer análises mais simplistas e parciais da grave crise social da limitação de oportunidades de trabalho. É bastante relevante, contudo, o papel que uma educação profissional renovada e sintonizada com as novas exigências do mundo do trabalho tem a cumprir no encaminhamento desse grave problema mundial.

1.1 PROBLEMA

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 instituíram as bases para a reforma da Educação Técnico Profissional (ETP) de nível médio. Do ponto de vista formal, significa que todas as instituições públicas e privadas de Educação Profissional terão de ajustar-se às novas diretrizes educacionais estabelecidas pela legislação em vigor. Por conta disso, desde o final da década de 90, vem-se gestando uma nova institucionalidade no campo da Educação Profissional no Brasil.

A reforma dos ensinos médios e profissional proposta pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), anuncia como seu objetivo prioritário a melhoria da oferta educacional e sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, portadora de novos padrões de produtividade e competitividade.

Assim é que se propõe modernizar o ensino médio e o ensino profissional no País, de maneira que acompanhe o avanço tecnológico e atendam às demandas do mercado de trabalho, que exige flexibilidade, qualidade e produtividade (MANFREDI, 2002, p.128).

Na concepção proposta, o ensino médio terá uma única trajetória, articulando conhecimentos e competências para a cidadania e para o trabalho sem ser profissionalizante, ou seja, preparando “para a vida”. A Educação Técnico Profissional (ETP), de caráter complementar, conduzirá ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e destinar-se-á a alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem e adulto, independentemente da escolaridade alcançada.

O ensino médio e a educação profissional passam, a partir do novo ordenamento legal, a ter as seguintes finalidades:

QUADRO 1 – Finalidades das modalidades de ensino

Do ensino Médio

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina;

Da Educação Profissional

- I - A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
- II - A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.
- III - O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive, no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.
- IV - As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Fonte: Lei das Diretrizes e Bases da Educação, 1996 (artigos 35 e 39 a 42).

A Educação Técnico Profissional (ETP), que até a alguns anos era destinada principalmente aos que entravam no ensino médio¹, tornou-se uma alternativa para quem já completou essa etapa, mas não tem condições de fazer uma faculdade ou precisa aprender uma profissão em curto tempo para garantir a inserção ocupacional no mercado de trabalho.

¹ Desde a reforma da educação profissional com o Decreto 2.208/97, o ensino técnico não é mais vinculado ao ensino médio. No artigo 5º do Decreto 2.208/97 fica clara a determinação da lei para com a separação do ensino regular do profissional. Segundo este dispositivo, “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Em particular, na cidade de Ipatinga, local em que está localizada a instituição pesquisada, os cursos técnicos apresentam como uma boa oportunidade para os estudantes anteciparem a profissionalização e ingressarem no mercado de trabalho, visto que há uma busca constante por este tipo de profissional na cidade. A região Metropolitana do Vale do Aço tornou-se conhecida internacionalmente em virtude de grandes empresas que se encontram na região, a exemplo da CENIBRA, ACESITA e USIMINAS, todas com um crescente volume de produtos exportados.

Partindo dessas reflexões e considerando o destaque que a temática da ETP vem alcançando no contexto das políticas públicas em curso no país, foi possível construir o problema desta pesquisa que busca responder a seguinte pergunta: A Educação Técnico Profissional tem contribuído para a inserção, manutenção e mobilidade de seus alunos no atual mundo do trabalho?

1.2 JUSTIFICATIVA

Os cursos técnicos são programas de nível médio com o propósito de capacitar o aluno proporcionando conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo. Acesso imediato ao mercado de trabalho é um dos objetivos dos que buscam estes cursos, além da perspectiva de requalificação ou mesmo reinserção no setor produtivo. Estes cursos são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino fundamental e para a obtenção do diploma de técnico é necessária a conclusão do ensino médio.

A articulação de cursos técnicos com o ensino médio se dá de três formas: integrada, concomitante ou subsequente. Na forma integrada, o aluno com uma única matrícula, frequenta curso cujo currículo foi planejado reunindo os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. Ao concluir este curso, o aluno receberá certificado de conclusão do ensino médio e diploma do curso técnico. Na forma concomitante, ocorre uma complementaridade entre o curso técnico oferecido por uma escola técnica e o ensino médio frequentado em outra escola. Nesta modalidade o aluno tem duas matrículas em instituições diferentes. Ao concluir o ensino técnico, terá a expedição de seu diploma condicionada à conclusão com aproveitamento do ensino médio. Na forma subsequente, o aluno ao se matricular no curso técnico já concluiu o ensino médio, e portanto ao finalizar com aproveitamento o curso técnico obterá diretamente seu diploma.

A laborabilidade ou a trabalhabilidade, entendida como componente da dimensão produtiva da vida social e, portanto, da cidadania, é objetivo primordial da educação profissional. No núcleo dessa modalidade de educação está o processo de apropriação da condição ou do

conjunto de condições para produzir benefícios - produtos e serviços - compartilhados socialmente e para o acesso ao usufruto desses benefícios, em situações permanentemente mutáveis e instáveis.

Em 2006, a rede privada respondeu por 54,8% das matrículas da educação profissional, enquanto a rede estadual ampliou sua participação de 26,6%, em 2005, para 31,4% em 2006. Os dados das matrículas da educação profissional de 2006 revelam um crescimento de 5,3% em relação a 2005. Esse crescimento é acentuado na rede estadual, principalmente no Nordeste (290,8%), com destaque para Pernambuco (900,9%), Alagoas (505,2%) e Paraíba (377,2%), seguidos dos estados da Região Norte (161,1%). Os maiores índices ocorreram em Tocantins (808,0%) e no Amazonas (330,9%) (INEP, 2006).

Desta forma, a necessidade e importância de realização de estudos e pesquisas sobre as políticas públicas para a Educação Técnico Profissional (ETP) continua a ser um tema relevante, principalmente neste momento em que o governo federal anuncia a pretensão de propiciar uma política de fortalecimento e expansão da Educação Técnico Profissional.

Para tanto, foi feito um recorte no universo da Educação Técnico Profissional, para que, dessa maneira, fosse possível levantar considerações acerca da relação entre a categoria Trabalho e a Educação Técnico Profissional. Por conseguinte, optou-se em investigar a modalidade subsequente por se tratar de um programa educacional destinado aos egressos do ensino médio e tem como objetivo a formação produtiva do trabalhador, ou seja, a qualificação, requalificação e reprofissionalização do profissional para o mercado de trabalho.

Esta modalidade de ensino é oferecida em várias áreas do conhecimento e possui algumas características que a diferenciam dos cursos técnicos tradicionais, como tempo de formação, em média, 1,5 anos, e, o foco em disciplinas de formação específica.

A escolha se deu, em parte, pela experiência profissional da autora no referido Centro Educacional, o que facilitou o desenvolvimento da pesquisa de campo; mas, principalmente por se tratar de uma modalidade em que os alunos já possuem o ensino médio e vêm na ETP uma alternativa para acelerar a entrada no mercado de trabalho. Infere-se elementos interessantes nesta modalidade de ensino. O primeiro deles é referente ao aluno que trabalha e precisa estudar (trabalhador-aluno) e o que estuda e precisa trabalhar (aluno-trabalhador).

A reflexão que norteará o trabalho enfoca a concepção que os alunos da Educação Técnico Profissional (ETP) na Região Metropolitana do Vale do Aço possuem sobre o aprendizado no referido programa e sua relação com a inserção, manutenção e mobilidade dentro do atual mundo do trabalho.

Oportuno se faz mencionar que a Região Metropolitana do Vale do Aço é formada pelos municípios de Ipatinga, Santana do Paraíso, Coronel Fabriciano e Timóteo, caracteriza-se por uma região industrializada com elevado nível de crescimento.

Esta área ficou conhecida como Vale do Aço porque a produção siderúrgica promoveu a sua estruturação e o desenvolvimento econômico. Os municípios desta região cresceram muito nas décadas de 50, 60 e 70. A economia tornou-se dependente de poucas empresas de grande porte que se instalaram aí neste período, destacando-se as seguintes empresas: Cenibra, Usiminas, Usiminas Mecânica e Acesita.

Criou-se a Escola técnica Vale do Aço, no ano de 1977, com o objetivo de atender a demanda sempre crescente de mão-de-obra especializada no setor secundário.

Este trabalho apresenta-se relevante, na medida em que evidencia o grau de adequação entre a demanda do mercado ocupacional e a oferta de profissionais de nível técnico, num dos principais pólos industriais do Estado de Minas Gerais.

Pretende-se, com este trabalho, oferecer ao professores, alunos e demais profissionais do programa dados e informações sobre os principais contextos de inserção profissional, as dificuldades de inserção, as lacunas de formação, para que possam fundamentar futuras análises.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar como a Educação Técnico Profissional contribui para a inserção, manutenção e mobilidade de seus alunos no atual mundo do trabalho.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Conhecer o perfil dos alunos que freqüentam a Educação Profissional;
- Relatar se o curso que está fazendo é exatamente o que gostaria;
- Identificar os fatores que mais contribuíram para a escolha do aluno pela Educação Profissional;
- Levantar informações sobre a vida produtiva dos alunos;
- Conhecer a interação da ETVA com a vida produtiva dos alunos, segundo sua própria perspectiva;
- Levantar suas expectativas profissionais após conclusão do curso na ETVA.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para o desenvolvimento da pesquisa e atendimento dos objetivos delineados, esta dissertação se apresenta dividida em 6 capítulos:

No capítulo 1 – Introdução, incluindo a questão norteadora da pesquisa, a relevância do estudo e o objetivo geral e específicos.

No capítulo 2 – Referencial Teórico, a abordagem se divide em duas partes: a primeira parte, são abordados temas referentes ao processo de articulação entre trabalho e educação; na segunda parte, elabora-se uma compreensão da trajetória histórica da Educação Técnico Profissional no Brasil.

No capítulo 3 – Cenário atual da Educação Técnico Profissional e as hipóteses da pesquisa.

No capítulo 4 – Metodologia da pesquisa, traz informações sobre a pesquisa, tipo de estudo realizado, unidades de análise e observação, universo e amostra, construção e aplicação do questionário.

No capítulo 5 – Apresentação e Análise dos Resultados, descreve-se a pesquisa realizada, apresentando a ETVA e a interpretação dos dados, descrevendo o perfil dos alunos e verificando a importância que eles depositam na ETP para a inserção, mobilidade e manutenção no mercado de trabalho.

No capítulo 6 – Considerações Finais são apresentadas às conclusões, as limitações encontradas e as sugestões para futuras pesquisas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trabalho e Educação

No decorrer da história da educação no Brasil, especialmente a partir dos anos de 1930, a Educação Técnico Profissional (ETP) quase sempre esteve identificada ou atrelada à educação popular, de modo que até 1932, ao curso primário havia as alternativas do curso rural e curso profissional com quatro anos de duração, às quais poderiam suceder outras alternativas de formação exclusiva para o mundo do trabalho no nível ginásial : normal, técnico comercial e técnico agrícola (KUENZER, 2002, p.27).

Para as classes com renda mais elevada, havia outra trajetória: o ensino primário seguido pelo ensino propedêutico, completado pelo ensino superior², este sim dividido em ramos profissionais.

Desse modo, a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo-fordismo como ruptura entre as atividades de planejamento e supervisão por um lado, e de execução por outro.

² O acesso aos cursos superiores, nessa época, se dava por meio de exames, mas apenas para os que concluíssem pelo menos a 5ª série do curso ginásial. Para aprofundamento ver KUENZER (2002).

A essas duas funções do sistema produtivo correspondiam trajetórias educacionais e escolas diferenciadas. Para os primeiros, a formação acadêmica, intelectualizada, descolada de ações instrumentais; para os trabalhadores, formação profissional em instituições especializadas ou no próprio trabalho, com ênfase no aprendizado, quase que exclusivo, de formas de fazer a par do desenvolvimento de habilidades psicofísicas (KUENZER, 2002, p.27).

2.2 As Transformações no Mundo do Trabalho

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm apontado novas direções para a construção do projeto político-pedagógico escolar, e em particular para o do Ensino Médio (KUENZER, 2002, p.54).

Segundo Kuenzer (2002), partindo do pressuposto de que cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas determina a forma de educação dos intelectuais que vão exercer as funções fundamentais na produção material e não-material e conferir unidade e coesão ao projeto hegemônico, há que considerar que as mudanças no mundo do trabalho configuram novas bases materiais a exigir um intelectual de novo tipo, que a pedagogia nascida do taylorismo-fordismo já não consegue formar.

Segundo Kuenzer (1998; 2002), as pesquisas que têm sido realizadas sobre as novas demandas de educação a partir das mudanças no mundo do trabalho têm mostrado que o principal impacto se dá na relação entre o homem e o conhecimento.

Para Kuenzer (2002, p.54) a pedagogia orgânica ao taylorismo-fordismo tem por finalidade atender a uma divisão social e técnica do trabalho em que a divisão entre o trabalho manual

e o intelectual é claramente demarcada. Em decorrência, a relação entre o indivíduo e o conhecimento é determinada pelo lugar que ocupa na hierarquia do trabalhador coletivo. E acrescenta ainda que, os trabalhadores responsáveis pelas ações instrumentais estabelecem relações com o conhecimento através do fazer, uma vez que as características do processo produtivo, dividido, relativamente estável e de base rígida, atrelam o trabalhador a uma ocupação determinada, praticamente durante toda a sua vida laboral.

Esse trabalhador, que precisava de pouca escolaridade e muita experiência, desenvolvia a sua competência memorizando e repetindo as ações típicas de sua tarefa, do que resultavam destrezas psicofísicas, como acuidade auditiva, visual, coordenação motora fina, força física, resistência ao trabalho repetitivo e concentração (KUENZER, 2002, p.54-55).

Dessa forma, essa proposta pedagógica foi, ao longo dos anos, reconhecidamente orgânica às demandas de uma sociedade cujo modo dominante de produção, a partir de uma rigorosa divisão entre as tarefas intelectuais e as operacionais, caracterizava-se por tecnologia de base rígida relativamente estável (KUENZER, 2002, p.56).

O taylorismo-fordismo, caracterizados pela racionalização da produção, profunda divisão e especialização do trabalho, começou a perder espaço desde o final dos anos 60, em que a rigidez dos processos além de não atender mais às necessidades de acumulação capitalista, tornou-se agora um obstáculo à sua expansão.

Harvey (1993) assinala resumidamente, que:

O período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez (...). Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital (HARVEY apud FIDALGO, 1996, p.71).

Como se pode perceber, a crise de 1973 –“crise de superacumulação” – joga um papel determinante em todo o processo, pois ela demarca não só a crise do modelo fordista - o que não significa, em absoluto, a sua eliminação -, como também, e principalmente, a necessidade de o capital de gerar e construir um novo padrão de acumulação, que Harvey denomina “acumulação flexível”.

A acumulação flexível se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista - horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, apud FIDALGO, 1996, p.42-43).

Assim, no contexto da reestruturação produtiva, produzida a partir da emergência da acumulação flexível, cuja lógica está assentada na "empresa enxuta", que se disseminou pelo mundo nas décadas de 80 - diferentemente do fordismo, que buscava o pleno emprego, com sua promessa integradora - resultou em crescente dispensa de mão-de-obra, terceirização da linha de produção, precarização do trabalho e no subemprego.

Segundo Harvey,

o mercado de trabalho atualmente vem se constituindo por um centro e dois grupos periféricos. O centro constitui-se de um grupo, que diminui cada vez mais e se compõe de empregados "em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro a longo prazo da organização. Gozando de maior segurança no emprego, com perspectivas de promoção e reciclagem, de uma nova pensão, e um seguro e outras vantagens indiretas. A periferia abrange dois subgrupos bem distintos: o primeiro consiste em empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual mais especializado[...] tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade. O segundo grupo oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporário, subcontratação e treinado com subsídios públicos, tendo ainda menos segurança no emprego do que o primeiro grupo periférico. A tendência atual dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (HARVEY, apud FIDALGO, 1996, p.44).

Diante desse quadro de transformações no mundo do trabalho, novas exigências se voltaram para a formação humana, demandando um novo tipo de profissional com novas qualificações. Da mesma forma que na gênese do fordismo, demandava-se um novo tipo de trabalhador, a emergência da acumulação flexível e o acentuado desenvolvimento tecnológico têm colocado a necessidade de um novo tipo de profissional, adequado às constantes mudanças do processo produtivo.

Surgem novas tendências em relação ao trabalho: este se torna mais abstrato, mais intelectualizado, mais autônomo, coletivo e complexo. Cada vez mais as funções diretas estão sendo incorporadas pelos sistemas técnicos, e o simbólico se interpõe entre o objeto e o trabalhador. O próprio objeto do trabalho torna-se imaterial: informações, "signos," linguagens simbólicas (DELUIZ, 1996, p.2).

Estas características do trabalho nos setores onde vigoram os novos conceitos de produção, com uso da tecnologia informacional e mudanças organizacionais, tornam questionáveis noções como qualificação para o posto de trabalho ou qualificação do emprego. O trabalho já não pode ser pensado a partir da perspectiva de um determinado posto, mas de famílias de ocupações que exigem competências semelhantes aos trabalhadores (DELUIZ, 1996, p.2). Não se trata mais, portanto, de uma qualificação formal/qualificação prescrita/qualificação do trabalhador para desenvolver tarefas relacionadas a um posto de trabalho, definida pela empresa para estabelecimento das grades salariais, ou pelos sistemas de formação para certificação ou diplomação, onde as tarefas estavam descritas codificadas e podiam ser visualizadas, mas da qualificação real do trabalhador, compreendida como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas) (DELUIZ, 1996, p 2-3).

2.3 Trabalho e Competências

A emergência do padrão de acumulação flexível aliado ao acentuado desenvolvimento tecnológico, que culminaram na substituição de tecnologias de base mecânica por tecnologia de base microeletrônica, portanto de uma base rígida para uma base flexível, acarretaram na exigência de um novo tipo de trabalhador, com novas qualificações, num processo similar ocorrido na gênese do fordismo.

A produção flexível passa a exigir que os trabalhadores tenham autonomia intelectual para resolver problemas usando o conhecimento científico, autonomia moral para enfrentar situações que exijam posicionamento ético e compromisso com o trabalho.

Em decorrência, passa-se a exigir um trabalhador de novo tipo, que tenha mais conhecimentos, saiba comunicar-se adequadamente, trabalhe em equipe, avalie seu próprio trabalho, adapte-se a situações novas, crie soluções originais e, de quebra, seja capaz de educar-se permanentemente (KUENZER, 2002, p.57).

Foi o regime de acumulação flexível que constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva cujo momento predominante passou a ser o toyotismo, em contraposição ao taylorismo-fordismo. Para resumir, Coriat (1994) assim exprime o espírito do toyotismo:

Trata-se nada mais nada menos que pensar ao contrário toda a herança legada pela indústria ocidental. Produzir não segundo o método norte-americano, que encandeia grandes séries de produtos altamente padronizados, estoques e economias de escala, mas em series restritas, sem economias de escala e sem estoques, produtos diferenciados e variados. E ainda assim, pois aí está o verdadeiro desafio, obtém ganhos de produtividade: produzir a custos sempre e cada vez mais baixos! (CORIAT, apud TUMOLO, 1996, p. 63).

Desse modo, as mudanças ocorridas no interior das organizações provocaram um deslocamento do conceito de qualificação para o modelo de competências, condição para a tão propalada empregabilidade. Tais mudanças acabaram por interferir no sistema educacional (particularmente na educação profissional), que foi chamado a se ajustar, visto a inadequação da qualificação produzida no seu interior e as competências exigidas pela nova dinâmica do mundo do trabalho.

No Brasil, conforme Machado (2002), esse processo de ajustamento do sistema educacional sob a lógica das competências se deu a partir dos anos 90, no contexto das reformas de cunho

neoliberais implementadas a partir da eleição dos governos afinados com tais políticas.

Segundo Alaniz:

Nos anos 90, a terminologia competência, já conhecida no repertório da lingüística e das ciências psicológicas de matriz comportamental, é utilizada no vocabulário das organizações produtivas em um momento marcado pelo desenvolvimento das políticas de emprego orientada pela busca de flexibilidade nas empresas e mudanças organizacionais na gestão de recursos humanos (ALANIZ,2002, p.1).

Dessa forma, a terminologia competência tem sido reconhecida pelas organizações produtivas, instituições educacionais como substituta da noção de qualificação ancorada nos postos de trabalho (ALANIZ, 2002, p.1).

O conceito de qualificação, que remonta ao Estado de Bem-Estar Social, teve sua origem no pós-guerra, como resposta à ausência de regulações sociais. Segundo Ramos (2006), a qualificação estaria apoiada sobre dois sistemas:

a) as convenções coletivas que classificam e hierarquizam os postos de trabalho; b) o ensino profissional, que classifica e organiza os saberes em tomo dos diplomas. Nota-se, portanto, que o conceito de qualificação nasce de forma correlata e consolida-se com o modelo taylorista/fordista da produção, em torno do qual se inscrevem tanto padrões de formação quanto os de emprego, carreira e remuneração (RAMOS, 2006, p. 42).

Segundo Schwartz, citado por Ramos (2006, p.43), a qualificação estaria assentada em três dimensões:

- **Conceitual** – a qualificação é definida como função do registro de conceitos teóricos formalizados e, então, dos processos de formação, associando-a ao valor dos diplomas;

- **Social** – a qualificação é colocada no âmbito das relações sociais que se estabelecem entre os conteúdos das atividades e o reconhecimento social dessas atividades, remetendo-a às grades de classificação coletiva;
- **Experimental** – está relacionada ao conteúdo real do trabalho, em que se inscrevem não somente os registros conceituais, mas o conjunto de saberes (incluindo os saberes tácitos³) que são postos em jogo quando da realização do trabalho. Esta última dimensão estaria sendo perseguida como condição de eficiência produtiva (RAMOS, 2006, p.43).

Assim, diante da reestruturação da produção, os conteúdos reais de trabalho passaram a ser valorizados, principalmente aqueles que transcendem o prescrito, expressos pelo conjunto de saberes e de saber-fazer realmente colocados em prática, ou seja, passa a ser valorizada a terceira dimensão, com a qualificação real, sendo remetida ao trabalhador.

Segundo Ramos (2006), estaria ocorrendo não só um deslocamento divergente da qualificação frente à noção de competência, com enfraquecimento das dimensões conceitual e social, mas também um deslocamento convergente, onde predomina um fortalecimento da dimensão experimental da qualificação.

³ Os saberes tácitos seriam uma forma de conhecimento que, conquanto essencial à aquisição e ao desenvolvimento de tarefas qualificadas, é sempre apreendido através da experiência subjetiva, sendo muito difícil a sua transmissão através da modalidade da linguagem explícita e formalizada. Por isso mesmo, esse conhecimento está ligado à vivência concreta de um trabalhador particular numa situação específica, como conhecedor único das idiossincrasias da totalidade ou de partes do processo de produção que o envolve. Mais detalhes podem ser encontrados em Ramos (2006, p.53).

Assim, se sob o predomínio do taylorismo-fordismo destacavam-se as dimensões conceitual e social, intimamente relacionadas entre si, estas dimensões estariam agora fortemente questionadas, em função da aplicação de uma gestão flexível no interior do processo produtivo, da crise do emprego ao lado da ampliação das atividades de serviços, em que as características da qualificação não atendem plenamente. Desse modo, essas duas dimensões estruturantes da qualificação estariam enfraquecidas.

No entanto, frente ao enfraquecimento das dimensões conceitual e social da qualificação, estaria ocorrendo um fortalecimento da dimensão experimental.

Para Schwartz, citado por Ramos (2006, p.66) a competência explica a nova articulação entre a dimensão experimental e a dimensão conceitual dos saberes necessários à ação. Com a competência, tomam o lugar o saber-fazer proveniente da experiência, os registros provenientes da história individual ou coletiva dos trabalhadores, ao lado dos saberes mais teóricos tradicionalmente mais valorizados na lógica da qualificação. Enfim, fundamentada sobre a valorização da implicação subjetiva no conhecimento, ela desloca a atenção para a atitude, o comportamento e os saberes tácitos dos trabalhadores.

Por essa ótica, Ramos (2006, p.66) conclui que, a emergência da noção de competência é fortemente associada a novas concepções do trabalho baseadas na flexibilidade e na reconversão permanente, em que se inscrevem atributos como autonomia, responsabilidade, capacidade de comunicação e polivalência.

Para Ramos (2006, p.68), existiria entre a competência e a dimensão experimental da qualificação grande proximidade, na medida em que estão relacionadas às qualidades da pessoa e ao conteúdo do trabalho, onde o indivíduo evoluiria de uma lógica de ter (ter uma qualificação, ter conhecimentos,) para uma lógica de ser (ser competente, ser qualificado).

Considera-se, nessa análise, que a dimensão *saber ser* constitui-se a mais importante noção que integra a lógica da competência, isso porque, acredita-se que as demais dimensões o *saber* e *saber agir* estão também contempladas na noção de qualificação.

- O “saber” envolvendo as dimensões práticas, técnicas e científicas, adquirido formalmente ou através da experiência profissional;
- o "saber agir" (também designado como "saber fazer"), que implica a capacidade de transpor conhecimentos para situação concretas, tomadas de decisão, resolução de problemas, enfrentamento de situações novas;
- o "saber ser"- , que inclui traços de personalidade e caráter adequados aos comportamentos requeridos nas relações sociais de trabalho, tais como, envolvimento, responsabilidade, disponibilidade para a inovação e mudança, assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade, etc. Manfredi, citado por Alaniz (2002, p.7).

A qualificação real dos trabalhadores é muito mais difícil de ser observada e constitui-se mais no "saber-ser" do que no "saber-fazer". O conjunto de competências posto em ação em uma situação concreta de trabalho, a articulação dos vários saberes oriundos de várias esferas (formais, informais, teóricos, práticos, tácitos) para resolver problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, a mobilização da inteligência para fazer face aos desafios do trabalho constituem características desta qualificação real (DELUIZ, 1996, p.3).

Assim, a partir das transformações no mundo do trabalho, a formação profissional ganhou

centralidade passando a ser exigida dela, adequação ao modelo das competências, com destaque para conceitos como empregabilidade e competências, implicando reformulação do conceito de formação profissional e nas relações entre escola e mercado de trabalho.

A educação básica e a educação profissional aparecem, portanto, como elementos fundamentais para a melhoria do padrão de produtividade e competitividade, cabendo a elas a formação de um novo profissional, polivalente e com múltiplas habilidades, com destaque para as habilidades técnicas, organizacionais, comunicativas, sociais e comportamentais.

QUADRO 2 - Novas Qualificações para o Trabalho.

Qualificações Intelectuais e Técnicas	Capacidade de reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo de trabalho, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos.
Qualificações Organizacionais	Capacidade de autplanejar-se, auto-organizar-se, estabelecer métodos próprios, gerenciar seu tempo e espaço de trabalho.
Qualificações Comunicativas	Capacidade de expressão e comunicação com seu grupo, superiores hierárquicos ou subordinados, de cooperação, trabalho em equipe, diálogo, exercício da negociação e de comunicação interpessoal.
Qualificações Sociais	Capacidade de utilizar todos os seus conhecimentos - obtidos através de fontes, meios e recursos diferenciados - nas diversas situações encontradas no mundo do trabalho, isto é, da capacidade de transferir conhecimentos da vida cotidiana para o ambiente de trabalho e vice-versa
Qualificações Comportamentais	Iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho, implicando no envolvimento da subjetividade do indivíduo na organização do trabalho.

Fonte: DELUIZ, 1996, p.3.

Portanto, o processo de institucionalização da noção de competência seria decorrência da inadequação existente entre a qualificação promovida pelo sistema escolar e as exigências do mundo do trabalho, onde a adoção do modelo de acumulação flexível associada à incorporação de novas tecnologias, tem resultado em flexibilização da produção e reestruturação das ocupações.

No entanto, o deslocamento do modelo de qualificação para a lógica da competência, sendo esta condição *sine qua non* para a empregabilidade, acarreta na submissão das políticas de formação à lógica do funcionamento do mercado, que busca assim, desenvolver um sistema educacional estreitamente ligado a necessidades mercadológicas.

Ao tomar a noção de competência como fundamento, tais políticas pretendem fazer a focalização do processo regulatório da formação profissional no mercado e por ele, reduzindo o processo educativo a forma instrumental para a obtenção de emprego ou renda (FIDALGO, 2002, p.5).

A formação, via modelo de competências, desloca a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso no mercado de trabalho restrito e precarizado e a capacidade de nele se manter, para o plano individual, ou seja, institucionaliza-se uma individualização da responsabilidade, que acaba por gerar um conformismo social diante da incapacidade do mundo do trabalho em responder às demandas da população economicamente ativa. Segundo Deluiz:

No mundo dos sem-emprego, a lógica das competências leva a uma culpabilização pela sua situação de exclusão e à busca de uma empregabilidade, situação em que o trabalhador desempregado é pressionado a ser competente para criar ou até mesmo "inventar" o seu próprio trabalho. Esta procura por uma "empregabilidade" no

mercado de trabalho é, entretanto, vazia de significado porque condicionada pela baixa escolaridade e pela falta de políticas de trabalho e renda com a perspectiva de criação de novos postos de trabalho (DELUIZ, 2001, p. 4).

Desse modo, o modelo das competências por um lado, remete às características individuais dos trabalhadores, por outro, à individualização das relações de trabalho, em substituição à negociação coletiva predominante anteriormente, enfraquecendo assim, os trabalhadores, tendo em vista a prevalência de um mercado de trabalho desregulamentado e flexibilizado onde se destacam formas de trabalho precarizado.

No atual quadro de reestruturação capitalista, onde sobressai o novo padrão de acumulação, com destaque para a flexibilização dos processos e mercados de trabalho, com suas demandas por um trabalhador mais qualificado, o sistema educacional é chamado a se ajustar, produzindo a flexibilização do processo de formação da força de trabalho. Dessa forma, o modelo das competências toma-se o fundamento da formação profissional, direcionando o processo educativo às necessidades e demandas impostas pelo mercado.

2.4 O Modelo das Competências e suas Implicações para a Política Educacional

Com a implantação do modelo de competências no mundo do trabalho, a qualificação predominante nos anos 60/70, assentado sobre o padrão de acumulação fordista, foi crescentemente sendo substituído.

Devido às mudanças na base técnica, com incorporação constante de inovações tecnológicas e da lógica da competência na gestão do trabalho, o sistema educacional foi chamado a ajustar seus objetivos às exigências do mundo do trabalho, devido aos imperativos de

competitividade e produtividade. Concretizou-se dessa forma, uma nova configuração do sistema educacional, visto a inadequação entre a qualificação produzida no seu interior e as competências exigidas pela nova dinâmica do mundo do trabalho. Buscou-se assim, uma maior aproximação do sistema educacional ao sistema ocupacional e do currículo às necessidades do mercado, promovendo dessa forma, um deslocamento do modelo da qualificação para o modelo das competências. Para Fidalgo

Este deslocamento dos processos de formação dos trabalhadores centrados no modelo de qualificação para o desenvolvimento da lógica das competências submete, ainda mais, os processos de definição das políticas de formação à lógica de funcionamento do mercado. A negociação coletiva toma-se, neste contexto, um instrumento quase que exclusivamente, de legitimação das exigências mercantis, limitando os interlocutores políticos ao debate sobre as políticas no quadro desta lógica (FIDALGO, 2002, p.4).

Emerge, no novo modelo da educação e, de forma mais marcante, na educação profissional, o conceito de competência, como elemento orientador de currículos, estes encarados como conjuntos integrados e articulados de situações-meio, pedagogicamente concebidos e organizados para promover aprendizagens profissionais significativas. Currículos, portanto, não são mais centrados em conteúdos ou necessariamente traduzidos em grades de disciplinas.

A nova educação profissional desloca o foco do trabalho educacional do ensinar para o aprender, do que vai ser ensinado para o que é preciso aprender no mundo contemporâneo e futuro.

As competências enquanto ações e operações mentais, articulam os *conhecimentos* (o "saber",

as informações articuladas operatoriamente), as *habilidades* (psicomotoras, ou seja, o "saber fazer" elaborado cognitivamente e socioafetivamente) e os *valores*, as *atitudes* (o "saber ser" as predisposições para decisões e ações, construídas a partir de referenciais estéticos, políticos e éticos) constituídos de forma articulada e mobilizados em realizações profissionais com padrões de qualidade requeridos, normal ou distintivamente, das produções de uma área profissional.

Em síntese, a realização competente tem nela agregados saberes cognitivos, psicomotoras e socioafetivos. A competência caracteriza-se, essencialmente, pela condição de alocar esses saberes, como recursos ou insumos, através de análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações, transferências, ou seja, de esquemas mentais adaptados e flexíveis, em ações próprias de um contexto profissional específico, gerando desempenhos eficientes e eficazes.

O quadro a seguir identifica os pontos essenciais da mudança ocorrida com o método de ensino por competências.

QUADRO 3- Método de Ensino por Competências

	Como era	Como ficou
Paradigmas	Transmissão e acumulação do conhecimento. Foco no ensino. Formação técnica para o posto de trabalho.	Construção de competências. Foco na aprendizagem. Formação técnica para o processo de produção. Auto-socioconstrutivista.
O conhecimento	Fragmentado, dividido por disciplinas, de caráter enciclopédico, memorizador e cumulativo.	Intertransdisciplinar, contextualizado, privilegia a construção de conceitos e a criação do sentido.
O currículo (organização da escola)	Fracionado, estático, organizado em disciplinas. Eixo em termos do conhecimento, das matérias.	Em rede, dinâmico, organizado em áreas de conhecimento e temas geradores. Em função das pessoas e de seus projetos (eixo nos projetos,

		problemas e/ou desafios significativos do contexto produtivo). É um meio para guiar a prática pedagógica.
O conteúdo	Um fim em si mesmo.	Um meio para desenvolver competências, para ampliar a formação dos alunos e sua interação na realidade, de forma crítica e dinâmica.
A sala de aula	Espaço padronizado de transmissão e recepção do saber	Local multifuncional de reflexão e de situações de aprendizagem (atividade do sujeito).
Toda atividade	Padronizada, rotineira. Caráter transmissivo, elucidativa, explicativa.	Centrada em projetos e resolução de problemas. Caráter desafiador, de pesquisa, de transferência. Situação significativa (análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações e transferências).
O professor	Transmissor do conhecimento. Depositário da sabedoria.	Facilitador da aprendizagem, mediador do conhecimento. Monitor, orientador e assessor. Estimular o aluno a aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.
Pedagogias	Valoriza os objetivos da educação. Igualdade (buscando eliminar as diferenças).	Valoriza a finalidade da educação. Ativas, diferenciadas, construtivista, cooperativa, aberta, crítica. Equidade (buscando a igualdade sem eliminar as diferenças).
O aluno	Receptor (aprendiz do conteúdo). Memorista (compreensão limitada). Passivo. Alienado.	Foco. Construtor do conhecimento. Cidadão. Sujeito que aprende. Agente do processo: faz, pergunta, pesquisa, descobre, cria, aprende.
A avaliação	Classificatória e excludente. Lógica seletiva.	Feedback. Busca avaliar as competências adquiridas. Validação. Auto-avaliação. Lógica formativa.
Palavras-chave	Reprodução. Igualdade. Unidade. Eficiência. Racionalidade. Obediência. Submissão. Hegemonia (universalização de uma visão de mundo). Métodos e técnicas. Instrumentos.	Produção. Multifuncionalidade. Competência. Laborabilidade. Flexibilidade. Contextualização. Pragmático. Intersubjetividade. Empreendedorismo. Iniciativa. Inovação. Pluralidade. Visão sistêmica. Transferência. Autonomia. Projetos.

Verifica-se que “o modelo de competências” tem origem e é construído a partir do aparecimento do termo *competência*, contido no discurso do empresariado, fundado nas novas demandas da lógica do capital (produção integrada, flexível e de baixo custo).

Segundo Hirata, citado por Silva (2003, p.4), “competência” é uma noção oriunda do discurso empresarial nos últimos 10 anos e retomada em seguida por economistas da França (...). “A competência inicialmente apresenta-se como o aproveitamento do trabalhador em sua “totalidade”, por meio de suas potencialidades cognitivas e comportamentais. Definir uma competência é algo mais que definir um perfil profissional desse trabalhador.

Silva (2003, p.4) acrescenta que, o conceito de empregabilidade tem como escopo básico classificar o trabalhador em duas categorias: os aptos ou *competentes* e os inaptos ou *incompetentes* para o trabalho. O trabalhador competente é o trabalhador *empregável*.

O conceito de *empregabilidade* se adequa perfeitamente ao “modelo de competências”. Os dois conceitos – empregabilidade e “modelo de competências” – têm a mesma origem, mas construções diferentes. Eles seguiram trajetórias opostas e o primeiro relaciona-se mais diretamente ao ‘econômico’, enquanto o segundo, mais a formação profissional. A Reforma⁴ do ensino profissional está profundamente alicerçada nesses conceitos (ou modelos), já que esse modelo pedagógico propicia uma melhor qualificação do trabalhador na aquisição de novas competências, tornando-o *empregável*.

⁴ Essa reforma iniciada em 1997, é um desdobramento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e também consistente com os objetivos da Reforma do estado proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A mudança na educação profissional foi justificada pelo governo federal como uma medida necessária para a garantia de empregabilidade num contexto de crise no mercado de trabalho.

2.5 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

2.5.1 Trajetória Histórica da Educação Profissional no Brasil

Embora o ensino técnico industrial no Brasil tenha iniciado oficialmente com o decreto nº 7.566 do Presidente Nilo Peçanha, datado de 23 de setembro de 1909, a questão da formação profissional já fazia parte da plataforma do governo de Afonso Pena em 1906, quando em seu manifesto assinalara:” A criação e a multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis (citado por MACHADO, 1989, p. 25)”.

No entanto, é a partir do decreto de Nilo Peçanha, que se tem o marco da atuação direta do Governo Federal na formação profissional, com a criação de um total de dezenove "Escolas de Aprendizes Artífices" destinadas “aos pobres e humildes”, distribuídas em várias Unidades da Federação.

A Educação Profissional se materializava como forma de assistência àqueles desfavorecidos da sorte, as classes operárias, como pode ser verificado no próprio decreto:

Considerando, que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes operárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes de luta pela existência se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime (Decreto 7566, 23/09/1909, apud MACHADO, 1989, p. 25).

Em 1914, durante o Governo de Venceslau Brás, nova ênfase é dada à formação profissional. Diante do aumento da criminalidade, da vagabundagem, do alcoolismo, a escola poderia remediar os males presentes, melhorando assim, o futuro, conforme manifesto do Presidente:

Dê-se, porém, outra feição às escola primárias e às secundárias, tendo-se em vista que, a escola não é somente um centro de instrução, mas também de educação e para esse fim. O trabalho manual é a mais segura base; instalem-se escolas industriais de eletricidade, de mecânica, de química industrial, escolas de comércio, que os cursos se povoarão de alunos e uma outra era se abrirá para o nosso País (apud MACHADO, 1989, p. 26).

Em 1918, um novo regulamento para as escolas de Aprendizes Artífices é aprovado através do Decreto nº 13.064 de 12 de junho, mantendo, no entanto a condição para a matrícula, a situação de “desfavorecidos da fortuna”, presente no Decreto de criação dessas escolas em 1909. Ainda em 1926, mantinha a preferência por aqueles que se encontravam naquela condição.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde pública em 1930, é que vai se concretizar uma unificação da política educacional (MACHADO, 1989, p.32). No entanto, permanece por longo tempo o caráter inicial de ensino destinado às camadas menos favorecidas.

Se até a década de 1930 predominava uma economia agrário-exportadora, com a economia funcionando para atender às demandas de açúcar ou café pelo mercado mundial, com a crise mundial - resultado da grande depressão de 1929 - esse comércio praticamente paralisou.

“Com o rompimento desse modelo econômico agro-exportador, o Estado brasileiro passou a ter então, uma política mais intervencionista, que vai marcar o início de um período de

crescimento econômico e de desenvolvimento do setor industrial, resultados da mudança de capital agrário em capital industrial” (SADER, 1999, p.6).

Com o processo de industrialização, surgiu a necessidade de mão-de-obra qualificada para atender às indústrias emergentes dando-se origem aos primeiros cursos técnicos.

Em 1942, com a Reforma Capanema e a promulgação das Leis Orgânicas, tem-se início as principais mudanças, que resultaram na criação de cursos colegiais - científico e clássico - com três anos de duração, preparando os estudantes para o ingresso no nível superior. Nesse período, visando atender a expansão do desenvolvimento industrial, a Lei Orgânica do Ensino Industrial transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Técnicas Industriais. Nesse ano, tem-se a criação pela iniciativa privada, do Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI) e posteriormente em 1946, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Até 1961, era dificultado a todos os egressos de escolas de formação profissional de nível médio se candidatarem ao ingresso em cursos superiores. Isso só vai deixar de acontecer com a promulgação da Lei Federal nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que integrou as escolas profissionalizantes ao sistema regular de ensino (PIRES; CORRÊA; PIRES, 2002).

Essa primeira LDB equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, sepultando, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para "elites condutoras do país" e ensino para "desvalidos da sorte". Todos os ramos e modalidades de ensino passaram a ser

equivalentes, para fins de continuidade de estudos em níveis subsequentes.

Na década de sessenta, estimulados pelo disposto no artigo 100 da Lei Federal nº 4.024/61, uma série de experimentos educacionais, orientados para a profissionalização de jovens, foi implantada no território nacional, tais como o GOT (Ginásios Orientados para o Trabalho) e o PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino).

A Lei Federal nº 5.692/71, que reformulou a Lei Federal nº 4.024/61 no tocante ao então ensino de primeiro e de segundo graus, também representa um capítulo marcante na história da educação profissional, ao generalizar a profissionalização no ensino médio, então denominado segundo grau. Grande parte do quadro atual da educação profissional pode ser explicada pelos efeitos dessa Lei. Desse quadro não podem ser ignoradas as centenas e centenas de cursos ou classes profissionalizantes sem investimentos apropriados e perdidos dentro de um segundo grau supostamente único. Dentre seus efeitos vale destacar: a introdução generalizada do ensino profissional no segundo grau se fez sem a preocupação de se preservar a carga horária destinada à formação de base; o desmantelamento, em grande parte, das redes públicas de ensino técnico então existentes, assim como a descaracterização das redes do ensino secundário e normal mantidas por estados e municípios; a criação de uma falsa imagem da formação profissional como solução para os problemas de emprego, possibilitando a criação de muitos cursos mais por imposição legal e motivação político-eleitoral que por demandas reais da sociedade.

A educação profissional deixou de ser limitada às instituições especializadas. A responsabilidade da oferta ficou difusa e recaiu também sobre os sistemas de ensino público estaduais, os quais estavam às voltas com a deterioração acelerada que o crescimento quantitativo do

primeiro grau impunha às condições de funcionamento das escolas. Isto não interferiu diretamente na qualidade da educação profissional das instituições especializadas, mas interferiu nos sistemas públicos de ensino, que não receberam o necessário apoio para oferecer um ensino profissional de qualidade compatível com as exigências de desenvolvimento do país.

Esses efeitos foram atenuados pela modificação trazida pela Lei Federal nº 7.044/82, de conseqüências ambíguas, que tornou facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau.

Se, por um lado, tornou esse nível de ensino livre das amarras da profissionalização, por outro, praticamente restringiu a formação profissional às instituições especializadas. Muito rapidamente as escolas de segundo grau reverteram suas "grades curriculares" e passaram a oferecer apenas o ensino acadêmico, às vezes, acompanhado de um arremedo de profissionalização.

Enfim, a Lei Federal nº 5.692/71, conquanto modificada pela de nº 7.044/82, gerou falsas expectativas relacionadas com a educação profissional ao se difundirem, caoticamente, habilitações profissionais dentro de um ensino de segundo grau sem identidade própria, mantido clandestinamente na estrutura de um primeiro grau agigantado.

A Lei Federal nº 9.394/96, atual LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - configura a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o

trabalho e a cidadania. A LDB dispõe, ainda, que "a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva".

Essa concepção representa a superação dos enfoques assistencialista e economicista da educação profissional, bem como do preconceito social que a desvalorizava.

Após o ensino médio, a rigor, tudo é educação profissional. Nesse contexto, tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos seqüenciais por campo de saber e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de educação profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária.

2.5.2 As Reformas na Educação Profissional: A LEI 5692/71

As reformas dos anos de 1960 e 1970 apoiadas nas políticas desenvolvimentistas do governo militar buscavam assegurar a formação de capital humano capaz de acelerar o desenvolvimento econômico, vinculando educação e mercado de trabalho. Após implantação da reforma universitária em 1968, o governo implementava a reforma de 1º e 2º graus através da lei nº 5692/71 (SHIROMA,2002,p. 33).

Subordinando a educação a uma perspectiva economicista, a reforma do ensino de primeiro e segundo graus através da Lei 5692/71 tornou compulsória a profissionalização do 2º grau, criando assim, uma escola única profissionalizante, substituindo a equivalência existente

entre os ramos secundário e propedêutico instituída através da Lei 4.024/61, pela obrigatoriedade da habilitação profissional (KUENZER; 2000,p. 16).

Segundo Romanelli (2002, p.253), as inovações mais substanciais propostas pela Lei nº 5.692/71 foram as seguintes:

- a extensão da obrigatoriedade escolar;
- a eliminação de parte do esquema seletivo das escolas;
- a eliminação do dualismo educacional (ensino secundário e ensino profissional) proveniente de um dualismo social mais profundo;
- a previsão mais objetiva dos meios de execução das reformas;
- a profissionalização, em nível médio;
- a cooperação das empresas na educação;
- a integração geral do sistema educacional desde o 1º grau ao superior.

Tomando como base o ensino ministrado nas escolas técnicas industriais (CUNHA, 1977), a Lei 5.692/71, na tentativa de implantar uma estrutura única nesse nível de ensino, estendeu a profissionalização existente nessas escolas a todo o 2º grau. A profissionalização compulsória do 2º grau trazia segundo Cunha (1977), no seu bojo uma função manifesta, que seria a formação da força de trabalho em nível médio demandada pelo mercado de trabalho, carente desse tipo de profissional, resultante do crescimento econômico proporcionado pelo milagre econômico e uma função não manifesta, cujo objetivo seria conter a demanda por vagas nos cursos de graduação nas universidades públicas, deslocando potenciais candidatos para o mercado de trabalho.

Além do mais, a introdução de grande quantidade de disciplinas de caráter profissionalizante acabou por diminuir a carga horária das disciplinas de formação básica, além de excluir disciplinas como Filosofia, Sociologia e Psicologia, acarretando prejuízo ao desenvolvimento do senso crítico e formação de uma consciência política (SHIROMA, 2002).

Para Kuenzer (2000, p.17), o modelo de ensino implantado tinha três objetivos:

- Conter a demanda por vagas no ensino superior;
- Despolitização a partir de um currículo tecnicista;
- Preparar mão-de-obra qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico.

A profissionalização compulsória promovida de forma indiscriminada acabou por gerar uma completa desorganização do ensino de 2º grau, resultado da falta de recursos humanos e materiais que acabaram acarretando enorme prejuízo tanto na rede pública, como na particular. No entanto, a partir de 1974, com o país experimentando uma conjuntura adversa, provocada pela crise do petróleo e o milagre econômico dando sinais de esgotamento, as concessões do regime militar acabaram por permitir um processo de ajustamento na Lei 5692/71.

O Parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação, reconhecendo o equívoco da Lei 5.692/71, permitiu a coexistência tanto do técnico pleno como do parcial, visando o ingresso no mundo do trabalho, além da habilitação básica, que passava a ser a via preferencial para o

ingresso no nível superior. Dessa forma, ressurgiu na legislação a histórica dualidade presente na educação brasileira, que posteriormente foi confirmada pela Lei 7.044/82.

A "reforma da reforma" instituída pela Lei 7.044/82 promoveu a extinção da profissionalização compulsória e universal do 2º grau instituída onze anos antes pela Lei 5.692/71, que a partir daí, passou a ser facultativa. Desde então, a formação profissional ficou restrita praticamente às instituições especializadas, com destaque para as Escolas Técnicas Federais.

2.5.3 A Reforma da Educação Profissional: O Decreto 2208/97

Apesar do fracasso da profissionalização obrigatória preconizada pela lei 5.692/71, já renunciado pela dubiedade de intenções expressa pelos pareceres 45/72 e 76/75, ter sido reconhecido oficialmente através da promulgação da lei 7.044/82, as questões a ela relacionadas não deixaram de preocupar principalmente os pesquisadores da área de Trabalho e Educação.

A lei 5.692/71, por seu lado, estabeleceu uma única finalidade para o 2º grau e, compulsoriamente procurou transformar as escolas de 2º grau em escolas profissionalizantes.

N o seu artigo 1º ela previa:

Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, **qualificação para o trabalho** e preparo para o exercício consciente da cidadania (grifo nosso).

Apesar de apresentar um objetivo único e bem definido para o 2^o grau, a aplicação dessa lei, como é sabido, provocou desastrosas conseqüências, principalmente para a escola pública.

Na prática, os efeitos resultantes da aplicação da política educacional da lei n. 5.692/71 e dos "remendos" das medidas legais que a complementaram - além dos já mencionados sobre a escola média pública e privada - manteve o ensino técnico-profissional escolar como atribuição das escolas técnicas, sobretudo as da rede federal, conservando a equivalência ao ensino de nível médio definida pela lei n. 4.024/61.

As modificações impostas pela lei 7.044/82, geradas pela impossibilidade de aplicação da lei 5.692/71, voltaram a descomprometer a escola da habilitação profissional e restabeleceram a dicotomia entre o saber teórico, ministrado nos cursos propedêuticos, e o saber prático ministrado nos cursos técnicos. Dessa forma, ressaltou-se novamente a indefinição e a dupla finalidade desse grau de ensino.

A respeito da lei 5.692/71, das razões e intenções da mesma e das implicações para a educação brasileira, houve uma significativa produção, tanto no sentido de destacar seus aspectos positivos, pelo caráter de unificação da profissionalização em todo o ensino de 2^o Grau, sem precedentes na história brasileira, quanto no sentido de criticar os encaminhamentos decorrentes da implementação da lei (CUNHA, 1977).

Sobre o ensino técnico, modelo da profissionalização preconizado por aquela lei e alçado a uma situação de destaque pela sua implementação, a produção, entretanto não foi tão intensa. Dentre os estudos sobre essa temática podemos apontar as obras de Luiz Antonio Cunha (1977) e Lucilia Machado (1989), por tratarem especificamente do ensino técnico industrial

brasileiro e dele fazerem uma análise crítica, tendo em vista a escola técnica que se apresentava na década de 70.

Cunha (1977), ao apresentar os objetivos de sua pesquisa, assim se expressa:

Nosso primeiro objetivo, ao escrever este trabalho, foi estudar as funções do ensino técnico industrial no Brasil, através da reconstrução de sua história e da análise de dados contemporâneos. Além disso, pretendemos estudar a existência de novas funções que estariam sendo atribuídas ao ensino técnico industrial e a todo o ensino médio pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus (CUNHA, 1977, p. 21).

Quando se manifesta a respeito das funções atribuídas ao ensino técnico industrial, Cunha (1977) procura realçar duas delas. Uma delas expressa na lei, que é a de profissionalizar e uma outra, não explicitada pela lei 5.692/71, que é a de tentar conter o interesse crescente pelo acesso ao ensino superior (KUENZER, 2000, p.17).

Ainda de acordo com o autor, a sua opção pelo estudo do ensino técnico industrial foi intencional, pois supôs que o modelo desenvolvido por esta modalidade de ensino foi usado como referência para o que se pretendeu com a lei 5.692/71 para todas as escolas de 2º grau. Desse estudo decorreu uma *"caracterização do técnico industrial enquanto categoria ocupacional"* e uma análise *"da estrutura e da evolução do sistema de ensino técnico industrial pelo estudo dos fatores que propiciaram a sua organização, das linhas do seu desenvolvimento e do seu dimensionamento"* (CUNHA, 1977, p.22).

Nas conclusões do seu estudo, Cunha (1977) apresenta uma série de considerações a respeito das condições do ensino técnico industrial e da aplicação da lei 5.692/71, das quais ressaltamos algumas.

Em sua opinião, o aumento da procura pelo ensino técnico industrial no Brasil na década de 70 se deveu tanto a condições de mercado de trabalho como também pelo desejo dos jovens das camadas médias da sociedade em buscar um ensino de grau superior. Considerando a indispensabilidade da realização de um curso de 2^o grau, o ensino técnico industrial, para estes jovens, estava se demonstrando uma rota mais segura.

Sob o aspecto das intenções não manifestas nas legislações, Cunha (1977, p.154) escreve: “a evolução da legislação que regulava a conexão do curso médio com o superior (até a lei 5.692/71) foi no sentido de facilitar o ingresso dos concluintes do ensino técnico industrial aos cursos superiores”.

Em oposição, dentre os alvos não manifestos da lei 5.692/71 ele ressalta:

o de desviar para o mercado de trabalho concluintes do ensino médio que, em contingentes cada vez maiores, buscam a obtenção de graduação de nível superior como um requisito cada vez mais indispensável à ascensão social no interior das hierarquias ocupacionais burocráticas (CUNHA,1977,p.156).

Atingido esse alvo, atenuar-se-iam as crises ligadas com o contingente de alunos que excediam as vagas ofertadas pelo ensino de 3^o grau. Percebe-se que as análises de Cunha (1977) foram feitas procurando-se ver o ensino profissionalizante de uma forma crítica, não

dissociada do contexto histórico em que este está sendo proposto e desenvolvido.

A contribuição de Machado (1989, p.13), por sua vez, foi feita com o objetivo inicial de *"discutir algumas questões polêmicas relativas ao ensino técnico industrial brasileiro"*, tendo sido desenvolvido sob uma perspectiva histórica, dentro do movimento geral da evolução política, econômica e social da sociedade brasileira.

Sua preocupação principal, neste trabalho, se relaciona com a função desempenhada pela Escola Técnica moldada no Brasil e a forma como ocorre a distribuição de postos de serviço em função da classe social dos trabalhadores. Para o seu desenvolvimento foi feita uma análise que teve como objetivo principal tentar definir quem é e qual o papel desempenhado pelo técnico industrial formado por estas escolas. Ao buscar os referenciais para esta análise, a autora procurou identificar os *"princípios teóricos básicos que estariam informando a concepção dominante do ensino técnico industrial brasileiro"*.

A respeito do papel desempenhado pelos técnicos, Machado (1989, p.138) entende que este seja o de assumir funções técnicas de coordenação e supervisão, relacionados, muitas vezes, com a manutenção da estrutura hierárquica das empresas. "As escolas técnicas, por sua vez, também seriam produto do capitalismo, e dentre as suas funções estaria a de reproduzir a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, divisão esta existente no interior das empresas" (MACHADO, 1989, p. 143).

Como fecho de seu trabalho, Machado (1989) apresenta as condições que entende como sendo necessárias para a *"emergência de um novo técnico industrial e para a transformação da escola técnica"*, dentre as quais destaca a necessidade de conscientização dos técnicos industriais, seja pela desmistificação das funções das escolas técnicas, seja pela perspectiva de obsolescência de sua qualificação, o que *"pode fazer surgir uma nova escola técnica industrial, cuja transformação total pressupõe a reunificação do que se encontra hoje dividido: a educação e a produção, o trabalho e a cultura"*, condições estas que pressupõem uma mudança da estrutura e da organização social brasileira.

Mesmo tendo sido levantadas há quase duas décadas, as questões discutidas nas obras citadas são significativas e atuais e têm contribuído para o entendimento do ensino técnico industrial.

Entretanto, ao longo dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), este promoveu profunda reformulação no sistema educacional brasileiro, cujo marco central estava na promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no final de 1996.

Dentro do quadro de globalização da economia e com o processo de reestruturação produtiva em curso, o governo buscou assim, dar nova configuração à educação. Nesse sentido ganhou destaque à formação profissional, devido a sua importância estratégica na busca por qualificação e requalificação exigidas pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Nesse campo, a resposta do governo se materializou na reforma do ensino técnico, através do Decreto 2.208/97, que regulamentou o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394 de dezembro de 1996, que dispunham sobre o currículo do Ensino médio e sobre a Educação profissional no Brasil, instalavam novo modelo desta modalidade de educação no Brasil.

Esse novo modelo de ensino profissional do país, que tem como um dos seus pressupostos teóricos o modelo de competências⁵, foi organizado para atender tanto a alunos egressos dos diversos níveis de ensino e aos trabalhadores, independentemente de sua escolaridade, tem, entre os seus objetivos, os abaixo enunciados:

- Formar técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior para os diferentes setores da economia;
- Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- Qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (artigo 1º, Decreto 2.208/97).

Assim, “a Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias da educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou no ambientes do trabalho” e abrangerá três níveis: básico, técnico e tecnológico (artigo 2º, Decreto 2.208/97):

- **básico:** destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentemente de escolaridade prévia, constituindo-se em modalidade de educação não-formal e de duração variável, não estando sujeita à regulamentação curricular e conferindo aos concluintes certificado de qualificação profissional;

⁵ As competências envolveriam o conhecimento (saber), as habilidades (saber fazer), e os valores e as atitudes (saber ser) ver RAMOS (2006).

- **técnico:** destinado a habilitar profissionalmente alunos matriculados em cursos de nível médio ou de egressos, com organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este em instituições públicas ou privadas e conferindo aos concluintes o diploma de técnico de nível médio, e
- **tecnológico:** em nível superior, destinado a egressos do Ensino Médio e técnico, devendo atender aos diferentes setores da economia, conferindo aos concluintes o diploma de tecnólogo.

Além dos níveis, o decreto em questão define outras modificações para a Educação Profissional:

- O currículo do ensino técnico será organizado por disciplinas, agrupadas por áreas e setores da economia e sob a forma de módulos.
- Os diferentes módulos poderão fazer parte de mais de uma habilitação específica, ensejando a possibilidade de construção de itinerários formativos.
- Os módulos podem ser cursados em instituições diferentes e de caráter conclusivo para efeito de qualificação profissional, dando direito a certificados de competência.
- As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% da carga horária mínima desse nível de ensino passam a ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional que venha a ser cursado, independentemente de exames específicos.
- A frequência e a aprovação em todos os módulos referentes a uma habilitação técnica ou à aprovação em exames organizados pelos sistemas federal e estadual de ensino

conferem ao aluno o diploma de técnico de nível médio na referida habilitação.

- As disciplinas do currículo de ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores detentores de experiência profissional em determinada área/ou atividade profissional, os quais deverão receber formação para o magistério (prévia ou concomitante), mediante cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica.
- Somente os níveis técnico e tecnológico terão suas organizações curriculares normatizadas pelos órgãos educacionais de nível federal e estadual.
- Compete ao MEC o estabelecimento de diretrizes curriculares nacionais (carga horária, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas por habilitação profissional do ensino técnico), com base em insumos recebidos do setor produtivo, em conseqüências de estudos de demanda, cabendo aos sistemas o estabelecimento de currículos básicos e da parte diversificada.
- Os sistemas federal e estaduais de ensino implementarão, mediante exames, a certificação de competências, para fins de dispensa de disciplinas ou módulos em cursos de habilitação do ensino técnico (incluindo aquelas adquiridas em espaços de aprendizagem fora da escola).
- O estabelecimento da obrigatoriedade de que a rede de escolas técnicas públicas e privadas estenda o atendimento para além do nível médio, podendo atuar nos níveis básico e pós-médio (isto é, de especialização).

O novo aparato legal define a seguinte configuração para o sistema de ensino médio e profissional brasileiro:

QUADRO 4 - Reestruturação do ensino médio e profissional



Fonte: MANFREDI, 2002, p.132

2.6 Nova Configuração do Curso Técnico de Nível Médio

O Decreto Federal nº. 2.208/97 estabelece uma organização curricular para a educação profissional de nível técnico de forma independente e articulada ao ensino médio, associando a formação técnica a uma sólida educação básica e apontando para a necessidade de definição clara de diretrizes curriculares, com o objetivo de adequá-las às tendências do mundo do trabalho.

A independência entre o ensino médio e o ensino técnico, como já registrou o Parecer CNE/CEB nº 17/97, é vantajosa tanto para o aluno, que terá mais flexibilidade na escolha de seu itinerário de educação profissional, não ficando preso à rigidez de uma habilitação profissional vinculada a um ensino médio de três ou quatro anos, quanto para as instituições

de ensino técnico que podem, permanentemente, com maior versatilidade, rever e atualizar os seus currículos. O cidadão que busca uma oportunidade de se qualificar por meio de um curso técnico está, na realidade, em busca do conhecimento para a vida produtiva. Esse conhecimento deve se alicerçar em sólida educação básica que prepare o cidadão para o trabalho com competências mais abrangentes e mais adequadas às demandas de um mercado em constante mutação.

As características atuais do setor produtivo tornam cada vez mais tênues as fronteiras entre as práticas profissionais. Um técnico precisa ter competências para transitar com maior desenvoltura e atender as várias demandas de uma área profissional, não se restringindo a uma habilitação vinculada especificamente a um posto de trabalho. Dessa forma, as habilitações profissionais, atualmente pulverizadas, deverão ser reorganizadas por áreas profissionais.

QUADRO5- Áreas Profissionais

ÁREAS PROFISSIONAIS		
AGROPECUÁRIA	GESTÃO	QUÍMICA
ARTES	IMAGEM PESSOAL	REC. PESQUEIROS
COMÉRCIO	INDÚSTRIA	SAÚDE
COMUNICAÇÃO	INFORMÁTICA	TELECOMUNICAÇÕES
CONSTRUÇÃO CIVIL	LAZER E DES. SOCIAL	TRANSPORTES
DESIGN	MEIO AMBIENTE	TUR. E HOSPITALIDADE
GEOMÁTICA	MINERAÇÃO	

Fonte: BRASIL, MEC, 2000, p.24.

A modularização dos cursos deverá proporcionar maior flexibilidade às instituições de educação profissional e contribuir para a ampliação e agilização do atendimento das necessidades dos trabalhadores, das empresas e da sociedade. Cursos, programas e currículos poderão ser permanentemente estruturados, renovados e atualizados, segundo as emergentes e mutáveis demandas do mundo do trabalho.

O Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico – DCNEP, por meio da Resolução CNE/CEB nº 04/99, homologada pelo Ministro da Educação.

As DCNEP fundamentam-se no Parecer CNE/CEB nº 16/99 e são caracterizadas como um "conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais do técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento dos cursos de nível técnico".

As definições contidas nessa Resolução são de cumprimento obrigatório por todas as instituições que oferecem educação profissional de nível técnico. Incluem-se nesse nível, os cursos que conferem habilitação de técnico, bem como aqueles que certificam qualificações de nível técnico, correspondentes a ocupações existentes no mundo produtivo, e os que certificam especificações em nível técnico.

A Resolução define sete princípios norteadores da educação profissional de nível técnico, além daqueles enunciados no artigo 3º da LDB nº 9.394/96:

- independência e articulação com o ensino médio;
- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- identidade dos perfis de conclusão de curso;
- atualização permanente dos cursos e currículos;
- autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

A organização curricular de cada área passou a ser constituída, a partir da observação do processo de produção, por Funções (Planejamento, Execução e Manutenção) e Subfunções.

QUADRO 6- Matriz curricular – Área Profissional: Construção Civil

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES		
Planejamento e Projeto	SF1 - Elaboração de estudos de viabilidade técnica-econômica	SF2 - Elaboração de estudos e projetos técnicos	SF3 - Elaboração do Planejamento de obras
Execução De Obras	SF4 - Instalação e gerenciamento do canteiro	SF5 - Execução de obras	SF6 - Controle do processo
Manutenção de obras	SF7 - Instalação e gerenciamento do canteiro	SF8 - Execução de obras de Manutenção e restauração	SF9 - Controle do processo

Fonte: BRASIL, MEC, 2000, p.26.

Cada função e subfunção foi constituída por competências, habilidades, bases tecnológicas, bases científicas e bases instrumentais, que orientam na construção da matriz de referência para a organização curricular.

QUADRO 7 – Matriz de Referência – Área Profissional: Comunicação

EXEMPLO DE MATRIZ DE REFERÊNCIA
COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E BASES TECNOLÓGICAS
 (Área Profissional : Comunicação)

. COMPETÊNCIAS	. HABILIDADES
. EXEMPLO: PESQUISAR, IDENTIFICAR OU SELECIONAR ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS OU DEFINIDORES DA IDENTIDADE DO OBJETO DA CRIAÇÃO E DE SEU CONTEXTO, A SEREM EVIDENCIADOS OU EXPRESSOS NO PROJETO DE COMUNICAÇÃO VISUAL GRÁFICA E/OU INFOGRÁFICA.	. EXEMPLO: UTILIZAR FLUENTEMENTE FERRAMENTAS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA.
	. BASES TECNOLÓGICAS
	. EXEMPLO: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DE SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA. ELEMENTOS E FONTES / ACERVOS DE ICONOGRAFIA.

Fonte: BRASIL, MEC, 2000, p.27.

Dessa forma, como visto ao longo do capítulo, a educação profissional ao longo dos anos de 1990 passou por profunda reestruturação, cujo fato mais significativo expressou-se no divórcio entre o ensino médio e ensino técnico, passando a partir daí, a terem organização e currículos próprios e independentes, reeditando dessa forma, a velha dualidade materializada através de trajetórias educacionais diferenciadas.

Assim, a legislação em vigor desde a promulgação da Lei 5.692/71, cedeu lugar a uma nova legislação, resultado da nova LDB, a Lei 9.394/96 e a partir dela, do Decreto 2.208/97, bases da reforma da educação profissional.

No entanto, já em 2004, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, apresentaria o Decreto 5.154 de 23 de julho 2004. Esse Decreto por sua vez revoga o Decreto 2.208/97 e passa agora a regulamentar o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394 de dezembro de 1996.

A educação profissional será desenvolvida de acordo com o artigo 1º do Decreto 5.154/2004 por meio dos seguintes cursos e programas de: formação inicial e continuada de trabalhadores; educação técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

No referido Decreto 5.154/2004 a articulação entre a educação profissional de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- **integrada** – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- **concomitante** – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
 - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - b) em instituições de ensinos distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- **subseqüente** – oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (artigo 4º, Decreto 5.154/2004).

3.CENÁRIO ATUAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS HIPÓTESES DA PESQUISA

3.1 Cenário Atual da Educação Profissional

A análise a seguir propõe esboçar alguns aspectos significativos dessa modalidade educacional no Brasil, no período 2003/2005.

3.1.1 Estabelecimentos e Matrículas da Educação Profissional

Em 2003, existiam em todas Unidades da Federação, 2.789 escolas que ofereciam cursos de educação profissional de nível médio, com aproximadamente 589,4 mil alunos. Em 2005, essa modalidade de ensino foi oferecida em 3.294 escolas a abrangem cerca de 748 mil alunos (Tabela 1). Os quantitativos de estabelecimentos e matrículas no período de 2003/2005 revelam um aumento significativo de 505 estabelecimentos (18,1%) e de 158 mil matrículas (26,9%).

De um modo geral os dados evidenciam a expansão dessa modalidade de ensino.

Tabela 1 - Estabelecimentos e Matrículas da Educação Profissional de Nível Médio no Período 2003 a 2005.

Ano	Estabelecimentos	Varição % em relação ao ano anterior	Matrículas	Varição % em relação ao ano anterior
2003	2.789	-	589.383	-
2004	3.047	9,3	676.093	14,7
2005 ¹	3.294	8,1	747.892	10,6

Fonte: MEC/Inep - Censo Escolar

¹ - Inclui as três formas de articulação com o ensino médio (integrada, concomitante e subsequente).

3.1.2 Estabelecimentos e matrículas por dependência administrativa

Atuam na educação profissional um conjunto de estabelecimentos públicos (federal, estadual e municipal) e privados (particular, confessional, comunitário e filantrópico) que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de educação tecnológica, centros de formação profissional, associações/escolas, entre outros.

As informações coletadas revelam a significativa participação dos estabelecimentos privados, em torno de 71,2% nesses três anos (Tabela 2).

Nesse período de análise, a distribuição dos estabelecimentos por dependência administrativa tem permanecido praticamente a mesma, ou seja, cerca de 71% deles são *privados*, 20% *estaduais*, 5% *federais* e 4% *municipais*.

Tabela 2 Estabelecimentos por Dependência Administrativa no período 2003/2005

Ano	Total	Estabelecimentos por Dependência Administrativa							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2003	2.789	138	4,9	553	19,8	115	4,1	1.983	71,1
2004	3.047	143	4,7	602	19,8	130	4,3	2.172	71,3
2005	3.294	147	4,5	659	20,0	138	4,2	2.350	71,3

Fonte: MEC/Inep/DEEB Censo Escolar 2003 a 2005

Em relação às matrículas conforme a dependência administrativa dos estabelecimentos, os alunos são distribuídos segundo a mesma tendência registrada na distribuição dos estabelecimentos, embora com proporções diferentes (Tabela 3). As instituições particulares apresentam o maior número de alunos (em torno de 56,8%), em seguida as escolas da rede

estadual com cerca de 27,4% de alunos, as da rede federal com 12,5% e as municipais com aproximadamente 3,2% do total das matrículas.

É importante ressaltar o tamanho das escolas federais em termos de absorção de alunos em relação às particulares, estas, em torno de 71,2% do total de escolas, absorvem 56,8% das matrículas e a rede federal com aproximadamente 5% das escolas, registram cerca de 13% do número de alunos informados na educação profissional.

Tabela 3 - Matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa no período 2003/2005

Ano	Total	Matrículas por Dependência Administrativa							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2003	589.383	79.484	13,5	165.266	28,0	19.648	3,3	324.985	55,1
2004	676.093	82.293	12,2	179.456	26,5	21.642	3,2	392.702	58,1
2005 ¹	747.892	89.114	11,9	206.317	27,6	25.028	3,3	427.433	57,2

Fonte: MEC/Inep/DEEB Censo Escolar 2003 a 2005
Inclui as três formas de articulação com o ensino médio

3.1.3 Matrículas por área ocupacional

Uma dos pontos básicos de análise na educação profissional técnica e tecnológica é a sua interface com o mundo do trabalho.

A Tabela 4 distribui as matrículas da educação profissional de nível médio por área profissional de curso de acordo com a classificação definida na Resolução CNE/CEB nº 04/1999, que estabelece as competências profissionais e as cargas horárias mínimas para cada habilitação. Ao todo foram estabelecidas vinte áreas profissionais.

Tabela 4 - Matrículas da Educação Profissional, por Ano, segundo a Área Profissional no período de 2003 a 2005 - Brasil

Área Profissional	Ano					
	2003		2004		2005 ¹	
	Total	%	Total	%	Total	%
Brasil	589.383	100,0	676.093	100,0	747.892	100,0
Agropecuária	39.135	6,6	46.239	6,8	50.485	6,8
Artes	5.782	1,0	5.625	0,8	8.190	1,1
Comércio	6.676	1,1	6.683	1,0	5.522	0,7
Comunicação	4.063	0,7	5.005	0,7	8.242	1,1
Construção Civil	13.767	2,3	14.025	2,1	14.379	1,9
Desenvolvimento Social e Lazer	6.733	1,1	18.605	2,8	18.632	2,5
Design	5.997	1,0	7.625	1,1	7.413	1,0
Geomática	1.403	0,2	1.145	0,2	1.399	0,2
Gestão	87.407	14,8	89.418	13,2	110.849	14,8
Imagem Pessoal	963	0,2	579	0,1	1.052	0,1
Indústria	109.559	18,6	114.741	17,0	132.976	17,8
Informática	82.969	14,1	89.748	13,3	89.630	12
Meio-Ambiente	6.618	1,1	8.410	1,2	11.084	1,5
Mineração	1.318	0,2	1.588	0,2	2.480	0,3
Química	18.068	3,1	21.580	3,2	26.142	3,5
Recursos Pesqueiros	358	0,1	172	0,0	122	0,0
Saúde	174.073	29,5	220.081	32,6	235.605	31,5
Telecomunicações	12.536	2,1	11.811	1,7	9.842	1,3
Transportes	1.378	0,2	2.236	0,3	1.891	0,3
Turismo e Hospitalidade	10.580	1,8	10.777	1,6	11.957	1,6

Fonte: MEC/INEP/DEEB - Censo Escolar de 2003 a 2005
Inclui as três formas de articulação com o ensino médio

No período 2003 a 2005, os dados revelam, sobretudo, o progressivo aumento do número absoluto de alunos nos cursos da área de Saúde. Em 2003, foram registrados nessa área, principalmente devido à quantidade de cursos técnicos em Enfermagem, aproximadamente 174 mil alunos (29,5% do total das matrículas). Em 2005, esse número passou para 236 mil alunos (31,5% do total).

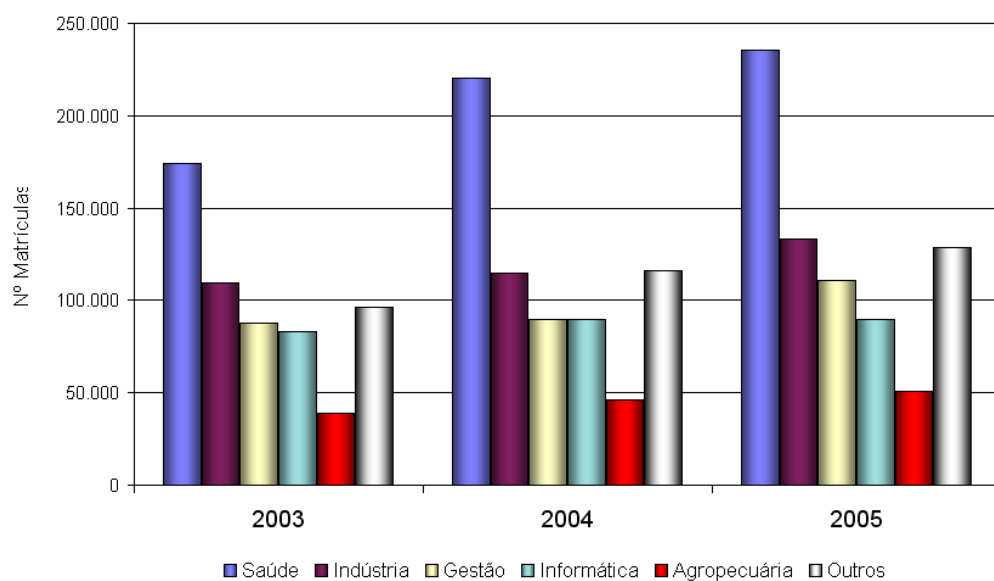
Outras áreas representativas quanto ao número de alunos são Indústria, Gestão e Informática. Nesses três anos, as matrículas nos cursos da Indústria e de Gestão (em torno de 21,4%, 26,8 %, respectivamente) têm-se mantido praticamente constantes. Nos cursos de Informática, a

proporção de alunos em relação ao total vem apresentando um relativo decréscimo, passando de 14,0% em 2001 para 12 % em 2005.

Algumas áreas são inexpressivas em relação à quantidade de alunos, como Recursos Pesqueiros, Geomática e Transportes.

Em relação aos resultados obtidos por área ocupacional, deve-se considerar a própria classificação utilizada (Portaria 04/1999), que define áreas ocupacionais que apresentam muita similaridade com outras, tais como Recursos Pesqueiros e Agropecuária, Geomática e Construção Civil.

Gráfico 1 - Matrículas da Educação Profissional, por Ano, segundo a Área Profissional no período de 2003 a 2005 - Brasil



3.1.4. Matrículas por sexo

Um outro ponto importante a considerar sobre os dados da educação profissional de nível médio é a análise dos alunos segundo o sexo, conforme se pode observar na Tabela 5, a seguir apresentada.

Nesses três anos, os dados revelam um forte equilíbrio entre a quantidade de alunos do sexo masculino e feminino. No ano de 2003, predominavam os alunos do sexo masculino (em torno de 2,0% a mais) em relação aos alunos do sexo feminino. Nos últimos dois anos (2004 e 2005), porém, a quantidade de mulheres foi maior do que a de homens (50,4% em 2004 e 50,3% em 2005).

Um dos fatores que contribuiu para mudança dessa distribuição foi o crescimento da área de Saúde, onde cerca de 76,0% dos alunos são mulheres.

Tabela 5 - Matrículas da Educação Profissional, por Ano e Sexo, segundo a Área Profissional no período de 2003 a 2005 - Brasil

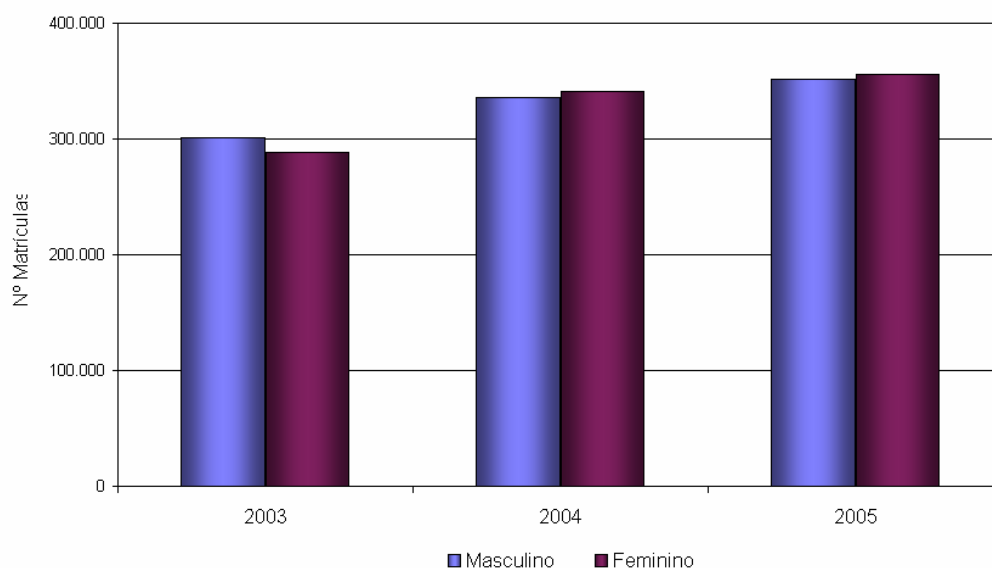
Área Profissional	Ano								
	2003			2004			2005		
	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
Brasil	589.383	300.820	288.563	676.093	335.532	340.561	707.263	351.403	355.860
Agropecuária	39.135	29.870	9.265	46.239	34.870	11.369	42.837	31.726	11.111
Artes	5.782	2.268	3.514	5.625	2.461	3.164	8.190	3.680	4.510
Comércio	6.676	3.952	2.724	6.683	3.715	2.968	8.225	4.890	3.335
Comunicação	4.063	1.768	2.295	5.005	2.290	2.715	4.799	2.175	2.624
Construção Civil	13.767	8.490	5.277	14.025	8.561	5.464	13.500	7.933	5.567
Desenvolvimento Social e Lazer	6.733	1.234	5.499	18.605	2.140	16.465	15.462	1.881	13.581
Design	5.997	2.252	3.745	7.625	2.628	4.997	7.391	2.299	5.092
Geomática	1.403	938	465	1.145	820	325	1.379	836	543
Gestão	87.407	31.834	55.573	89.418	33.135	56.283	102.408	37.095	65.313
Imagem Pessoal	963	180	783	579	27	552	1.052	62	990
Indústria	109.559	96.002	13.557	114.741	103.711	11.030	128.153	114.436	13.717
Informática	82.969	53.136	29.833	89.748	57.688	32.060	80.765	51.539	29.226
Meio-Ambiente	6.618	3.853	2.765	8.410	4.626	3.784	10.407	5.645	4.762
Mineração	1.318	973	345	1.588	1.119	469	2.112	1.502	610

Química	18.068	10.331	7.737	21.580	12.171	9.409	24.970	13.619	11.351
Recursos Pesqueiros	358	237	121	172	125	47	114	87	27
Saúde	174.073	40.171	133.902	220.081	52.238	167.843	233.493	60.921	172.572
Telecomunicações	12.536	9.304	3.232	11.811	8.504	3.307	9.190	6.454	2.736
Transportes	1.378	1.015	363	2.236	1.581	655	1.581	1.132	449
Turismo e Hospitalidade	10.580	3.012	7.568	10.777	3.122	7.655	11.235	3.491	7.744

Fonte: MEC/INEP/DEEB - Censo Escolar de 2003 a 2005

Nas áreas profissionais de Gestão, Artes, Comunicação, Desenvolvimento Social e Lazer e Turismo e Hospitalidade também predominam as mulheres. Em outras áreas, notadamente na Indústria e Agropecuária, a grande maioria dos alunos é de homens.

Gráfico 2 - Matrículas da Educação Profissional, por Ano, segundo o Sexo no período de 2003 a 2005 - Brasil



Percebe-se que a iniciativa privada demonstra em todos os sentidos sua "vocação" para a Educação Profissional, pois tanto no referente à quantidade de instituições, de cursos e de matrículas, os índices afirmam seu direcionamento para tal nível de ensino.

3.2 Hipóteses da Pesquisa

Apesar do referencial teórico não trazer nenhuma abordagem acerca de estudos anteriores sobre a relação entre a Educação Técnico Profissional e a inserção ocupacional do jovem aluno trabalhador, percebe-se, a partir da experiência profissional da pesquisadora que os alunos que freqüentam os cursos técnicos diferem em origem, classe social, faixa etária e expectativas profissionais dos alunos que freqüentam o ensino propedêutico.

Dessa forma, a dissertação pretendeu desenvolver hipóteses para responder alguns questionamentos pertinentes. Para o presente trabalho foram definidas dez hipóteses:

Primeira hipótese: Alunos de classe social mais elevada tendem a considerar o estágio como motivo para iniciar seus estudos em uma escola técnica mais freqüentemente do que os alunos de classe mais baixa.

Segunda hipótese: Alunos de classe social mais baixa são mais motivados a iniciar seus estudos em uma escola técnica pelo fato de conseguir trabalho que os de classe mais elevada.

Terceira hipótese: Alunos de Segurança do Trabalho tendem a considerar o ingresso na faculdade na mesma área do curso técnico com mais freqüência que os da Administração.

Quarta hipótese: Alunos das séries iniciais estão menos empregados do que das séries finais.

Quinta hipótese: Alunos do sexo feminino consideram os novos contatos mantidos durante o período do curso como um fator para melhorar sua ocupação profissional com mais frequência do que os do sexo masculino.

Sexta hipótese: Alunos com faixa etária mais baixa tendem a considerar o motivo para poder cursar uma faculdade com mais frequência que os mais velhos.

Sétima hipótese: Alunos de Administração utilizam o conhecimento técnico aprendido na escola com mais frequência no trabalho que os de Segurança do trabalho.

Oitava hipótese: Alunos de Segurança do Trabalho conseguem trazer a experiência adquirida em seu trabalho para dentro da sala de aula com mais frequência que os de Administração.

Nona hipótese: Alunos de segurança do Trabalho possuem faixa etária mais elevada que os de Administração.

Décima hipótese: Alunos com faixa etária mais elevada residem com maior frequência fora de Ipatinga do que os mais jovens.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar o percurso e os recursos metodológicos desenvolvidos na presente pesquisa, os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados, o contato e o ambiente onde a pesquisa foi realizada, bem como os alunos que participaram do trabalho.

4.1 Estratégia de Pesquisa

Por ter como principal objetivo, dentro da pesquisa, a identificação de como a Educação Técnico Profissional (ETP) contribui para a inserção, manutenção e mobilidade de seus alunos no atual mundo do trabalho, tornou-se necessário um percurso metodológico pelo qual a relação entre a teoria e a realidade fosse considerada em uma perspectiva dialógica.

Para Cervo e Bervian (2002, p.63), a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos, partindo de uma dúvida ou problema e buscando uma resposta ou solução.

Nesta dissertação a primeira parte da pesquisa foi bibliográfica, para um melhor entendimento do problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos (CERVO; BERVIAN, 2002, p.65).

Entretanto, num primeiro momento, buscou-se, através da revisão bibliográfica e de leituras críticas, apreender elementos fundamentais acerca da produção acadêmico-histórica mais recente sobre a temática escolhida. Buscou-se verificar pesquisas e outros estudos que

trataram do assunto a fim de considerar a pertinência dessa produção e a contextualização da Educação Técnico Profissional nas políticas educacionais do País.

Terminada essa etapa, iniciou-se a pesquisa documental, em que são investigados documentos a fim de poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características (CERVO; BERVIAN, 2002, p.67).

Foram utilizados textos referentes ao histórico da Educação Técnico Profissional no Brasil e, principalmente, documentos oficiais que nortearam e que ainda norteiam tanto as políticas públicas da ETP quanto o Ensino Médio brasileiro.

Seguindo a orientação de uma linha teórico-metodológica, buscou-se considerar condicionantes e determinantes da relação trabalho e educação, discutindo, em particular, o papel da ETP em relação ao mundo do trabalho, as políticas públicas referentes ao ETP e os desdobramentos que elas acarretam tanto no campo educacional, quanto na vida social e produtiva dos alunos.

4.2 Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa pode ser classificada como descritiva. A pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição de algo – normalmente características ou funções de mercado, é marcada pela formulação previa de hipóteses específicas e não determina relações de causa e efeito (MALHOTRA, 2001, p.108).

Pode-se com isso, caracterizar que o tipo de pesquisa realizado foi de caráter quantitativo-descritiva, visando à análise de como a Educação Técnico Profissional (ETP) contribui para a inserção, a manutenção e a mobilidade dentro do mercado de trabalho. Sua função primordial é descrever certas características quantitativas de populações como um todo, organizações ou outras coletividades específicas (MARCONI; LAKATOS, 1999, p.86).

4.3 Unidade de Análise

A investigação foi realizada na Escola Técnica Vale do Aço. A Escola Técnica Vale do Aço de Ensino Médio, conhecida pela sigla ETVA, é uma escola técnica privada mantida pela Sociedade Educadora de Cultura LTDA. Com sede em Ipatinga, maior cidade da Região Metropolitana do Vale do Aço⁶, a ETVA foi criada em 30 de março de 1977, oferecendo, inicialmente, os cursos Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Eletricidade.

A Escola Técnica Vale do Aço vinha ministrando, basicamente o ensino profissionalizante de forma integrada, ou seja, o ensino médio é cursado pelo aluno junto com o técnico com duração de três anos a partir do 1º ano que é básico.

Com a reforma educacional profissional em 1997, com a aprovação do decreto nº 2.208/97 houve a separação do ensino regular do profissional.

A ETVA criou as condições necessárias para implantação dos cursos modulares, tal como determinava o decreto, divididos em 3 (três) modalidades:

⁶ A região Metropolitana do Vale do Aço é formada pelas cidades: Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo.

- **Concomitância interna** - para alunos que cursam o ensino médio regular junto com o ensino técnico na ETVA, ou seja, o curso técnico é integrado ao ensino médio. Nesse caso, o aluno deve ter concluído o ensino fundamental antigo.
- **Concomitância externa** – para alunos que cursam o ensino médio regular fora da ETVA. O aluno faz o curso técnico simultaneamente ao ensino médio cursado em outra escola. Nesse regime, o aluno, deve ter concluído o ensino médio (antigo 2º grau) ou estar cursando, no mínimo, a 2ª série desse nível de ensino, para efeito de matrícula no respectivo curso técnico.
- **Educação Profissional de Ensino Técnico Subseqüente ou Pós-médio** - para alunos egressos do ensino médio (antigo 2º grau) pode iniciar o ensino técnico na ETVA.

Nesse novo formato de formação profissional, a ETVA acabou por priorizar a modalidade pós-médio, em que é oferecido de forma modular, com duração média de 1,5 anos e são focados em determinadas áreas profissionais, com conteúdos curriculares que atendam às demandas específicas.

A reforma educacional fez com que os alunos ingressassem cada vez menos no ensino médio na ETVA (concomitância interna), já que os alunos preferem o curso pós-médio por ser de menor duração e possibilitar o acesso dos trabalhadores de menor renda, devido o menor número de mensalidades escolares.

Em 2006, a Escola Técnica Vale do Aço oferecia 7 (sete) cursos Técnicos, sendo eles:

- Técnico em Mecânica;
- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Química
- Técnico em Segurança do Trabalho
- Técnico em Farmácia
- Técnico em Informática Industrial
- Técnico em Administração

A Escola Técnica Vale do Aço em 2006 somava 1.300 alunos matriculados nas diversas áreas profissionais nos turnos diurno e noturno. A maior parte dos alunos do turno noturno trabalha tendo que conciliar escola /trabalho, o que permite ao jovem aluno trabalhador, no ato do trabalho, fazer uma articulação constante entre a formação escolar e o trabalho concreto.

O principal desafio enfrentado pela Escola Técnica Vale do Aço hoje que é o de “preparar o estudante para ingressar em um mercado altamente competitivo” não é diferente de outras Escolas Técnicas privadas. A oferta excessiva de vagas, que leva a competição acirrada entre as escolas, o despreparo dos alunos que chegam do ensino médio, a inadimplência e a evasão escolar são problemas com os quais a maioria das Escolas técnicas constantemente se deparam. Assegurar o ajuste quantitativo e qualitativo da oferta de vagas e cursos às tendências do mercado de trabalho, mediante estudos de demanda, de acompanhamento de egressos e outros indicadores deste mercado, passa a ser de extrema importância para a inserção ocupacional do jovem aluno trabalhador.

A Escola técnica Vale do Aço fundamenta sua política de profissionalização dos jovens, num tripé que contempla conteúdos de habilidades básicas, habilidades específicas e habilidades de gestão, em que esses jovens são entregues ao mercado de trabalho. Esse mercado, por sua vez, é, para alguns invisível, abstrato. Pois ao buscarem seu primeiro emprego não o encontram. Recebem da ETVA formação para o ingresso no mercado, mas não encontram uma oportunidade concreta após o período escolar. Desse modo, busca-se investigar a forma como esses jovens situam-se e estão situados em relação ao mercado de trabalho, suas dificuldades de inserção e suas perspectivas. Busca-se ainda identificar como o Ensino Técnico Profissional (ETP) contribui para a inserção, à manutenção e a mobilidade dentro do mercado de trabalho.

4.4 Unidade de Observação

A unidade de observação foi constituída por alunos do curso técnico modalidade pós-médio de Administração e Segurança do Trabalho no turno noturno.

4.5 Universo e Amostra da Pesquisa

A ETVA possui uma população total de 1.000 alunos em 2007, que é também o Universo delimitado para a pesquisa.

Do universo delimitado, um número de 108 alunos respondeu os questionários aplicados em sala de aula, constituindo-se assim, a amostra da pesquisa.

Os alunos escolhidos como amostra foram investigados de acordo com o perfil detalhado na unidade de observação, ou seja, estudantes regularmente matriculados no curso técnico modalidade pós-médio de Administração e Segurança do Trabalho no turno noturno e que se encontravam cursando entre o primeiro e o terceiro período.

Durante o processo de pré-seleção da amostra, foram utilizadas técnicas de observação direta, pela qual a familiaridade com o ambiente oportunizou uma vivência e maior aproximação à realidade da ETVA e aos sujeitos envolvidos (pesquisadora-equipe pedagógica, pesquisadora-alunos, alunos - equipe pedagógica). Também foram feitas entrevistas abertas com a Diretora da instituição, a fim de contextualizar os objetivos na prática do processo educativo da Escola Técnica Vale do Aço.

4.6 Instrumento de coleta de dados e seu pré-teste

Para a coleta dos dados, foi utilizado um questionário⁷. Collis e Hussey (2005, p.165) afirmam que o principal objetivo de um questionário é descobrir o que um grupo selecionado de participantes faz, pensa ou sente.

Optou-se por um questionário semi-aberto, com 23 questões divididas em 3 grandes grupos – Dados Sócio-Econômicos; Escolaridade e Trabalho, de maneira a abranger as características sócio-econômicas dos respondentes, seu caminho escolar até o ingresso na ETVA, e suas experiências, expectativas e conhecimentos referentes à categoria trabalho e a relação com o ensino na ETVA.

⁷ O modelo do questionário consta no Apêndice A desta dissertação.

Para Gil (1991, p.91) a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Para tanto, o roteiro do questionário foi dividido em blocos distintos:

No bloco 1, encontram-se 8 questões com as informações sobre o perfil dos respondentes.

No bloco 2, encontram-se 5 questões relativas a formação e escolaridade dos respondentes. Duas delas ligadas diretamente ao processo de formação escolar ao longo de suas vidas, e as outras três questões tratando do ingresso na ETVA (motivação, grau de satisfação e importância dos estudos na Educação Técnico Profissional).

No bloco 3, encontram-se 10 questões relativas à categoria trabalho, seu significado, situação atual no processo produtivo, relação entre o ensino na ETVA e o mundo do trabalho.

O período para a elaboração do questionário compreendeu os meses de agosto e setembro de 2007, quando as questões foram sendo buriladas a partir do contato da teoria com a realidade do objeto de estudo. Em setembro de 2007 foi realizada a aplicação um pré-teste com 7 alunos do curso pós-médio de Administração, a fim de que fossem realizados os eventuais ajustes e alterações das questões propostas. Pôde-se, nesse processo, constatar pouca dificuldade para o entendimento das questões e resolução das perguntas, o que facilitou a rápida aplicação do instrumento na amostra real.

4.7 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada em sala de aula, diretamente pela pesquisadora, que aplicou os questionários. As aulas foram interrompidas para aplicação do questionário, e as eventuais dúvidas por parte dos alunos foram esclarecidas no momento da aplicação do instrumento de coleta de dados. Foram visitadas todas as salas de aula dos cursos de Administração e segurança do Trabalho, totalizando 5 salas, 2 do curso de Administração e 3 do curso de Segurança do Trabalho.

A pesquisa foi realizada entre 29 de outubro e 06 de novembro de 2007, e envolveu 108 alunos. Somente não responderam à pesquisa os alunos ausentes na ocasião da aplicação do questionário.

4.8 Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados foi realizado através da análise descritiva e teste qui-quadrado para avaliar as hipóteses levantadas pela pesquisadora, por meio do software SPSS versão 13.0 para Windows.

Para algumas poucas questões, o questionário está semi-estruturado (questões fechadas e abertas). Os dados coletados nas questões abertas foram tratados de forma qualitativa, a fim de possibilitar a análise do conteúdo obtido nas respostas. As informações coletadas foram codificadas de forma a realizar uma análise do material.

4.9 Teste Estatístico

O teste estatístico utilizado nesta dissertação foi o teste qui-quadrado, que tem por objetivo verificar a independência entre algumas variáveis. Para tal procedimento selecionamos alguns cruzamentos de variáveis com maior relevância nesta dissertação, como: sexo, classe sócio-econômica, faixa etária, local em que reside, pagamento das mensalidades, tempo em que ficou fora da escola e curso.

Segundo Siegel (1975, p.198), quando os dados da pesquisa consistem de frequências em categorias (nominais ou discretas), pode-se usar a prova de χ^2 para determinar a significância das diferenças entre k grupos independentes. Para aplicar a prova de χ^2 , dispõem-se primeiro as frequências em uma tabela k x r. A hipótese de nulidade é que as k amostras de frequências ou proporções provenham da mesma população ou de populações idênticas. Ho será rejeitada se o p-valor for menor que o nível de significância.

Deve-se ficar atento quanto às exigências para aplicação do teste, a começar pelas frequências esperadas em cada célula, que não deve ser muito pequena. Se isto acontece, o teste não é válido. As recomendações para aplicação desta prova, segundo Cochran citado por Siegel, (1975, p. 202), são:

- k ou r sejam maior ou igual a 2;
- no máximo 20% das células devem ter frequência esperada < que 5 e
- nenhuma célula apresente frequência esperada inferior a 1;

Fórmula:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^k \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

onde: O_{ij} = número de casos observados classificados na linha i da coluna j

E_{ij} = número de casos esperados, sob H_0 , na linha i da coluna j . Calcula-se E_{ij} multiplicando os dois totais marginais comuns a uma célula e dividimos o produto por N , total de casos. O graus de liberdade $gl = (r-1)(k-1)$

Segundo Bisquerri (2004, p.77), a regra de decisão da prova de χ^2 toma-se por base o seguinte critério: o grau de significação p é a probabilidade de erro ao rejeitar a hipótese nula. Quanto menor p , maior é a probabilidade da hipótese nula ser falsa. O grau de significação está muito relacionado com o nível de significância (α). A diferença entre ambos é a seguinte: no nível de significância estabelece um valor a priori, em geral 5% ou 1%. O grau de significação é calculado a posteriori, e indica a probabilidade de erro calculado ao rejeitar a hipótese nula. Em síntese:

Se $p > \alpha$ nada se opõe a aceitar H_0 ;

Se $p \leq \alpha$, rejeita-se H_0 com $p =$ (valor obtido)

Segundo Siegel (1975, p.16), “Quando a probabilidade associada a um valor observado de uma prova estatística é igual a, ou menos do que, o valor previamente determinado de α conclui-se que H_0 é falsa. Tal valor observado é chamado “significativo”. H_0 , a hipótese a ser comprovada, é rejeitada sempre que ocorre um valor “significativo”. Valor “significativo” é um valor cuja probabilidade de ocorrência, sob H_0 (tal como exibida pela distribuição amostral) é igual a, ou menor do que α ”.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesse capítulo, serão apresentados os resultados obtidos pela pesquisa de campo desta dissertação.

5.1 Perfil dos respondentes

O perfil do estudante da ETVA, detectado a partir das respostas fornecidas no questionário de pesquisa, será apresentado neste capítulo, com o objetivo de qualificar as características principais da amostra que constitui a investigação.

São descritos abaixo os principais resultados encontrados para o conjunto de respondentes totais.

Com relação a variável sexo TAB. 6, observa-se uma predominância do sexo feminino na amostra da pesquisa (69,4%). Apenas 30,6% do total de alunos são representantes do sexo masculino.

Observa-se que, segundo dados do MEC⁸, as mulheres iniciam em minoria nas escolas, ocupando cerca de 48,6% das vagas no ensino pré-escolar e fundamental, no entanto, a partir da sexta série do ensino fundamental o número aumenta para 50,4% do total de estudantes. Também, segundo dados do Censo Escolar 2003, dos quase 5,4 mil municípios brasileiros com ensino Médio, as mulheres representam maioria das matrículas em 73,4% dos municípios. Com tudo isso, o nível de escolaridade feminino passou a ser sensivelmente

maior que o masculino (6,7 anos em média de estudo em comparação com 6,3 anos em média de estudo masculino)⁹.

Tabela 6 - SEXO

GÊNERO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
MASCULINO	33	30,6
FEMININO	75	69,4
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

De acordo com os dados da TAB. 7, observa-se que a amostra é composta em sua grande maioria por jovens abaixo de 25 anos de idade, o que equivale a 75,9% dos alunos pesquisados.

Tabela 7 - FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
ATÉ 20 ANOS	51	47,2
DE 21 A 25 ANOS	31	28,7
DE 26 A 30 ANOS	12	11,1
DE 31 A 35 ANOS	8	7,4
DE 36 A 40 ANOS	5	4,6
ACIMA DE 40 ANOS	1	0,9
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

⁸ Dados obtidos a partir do levantamento do INEP/MEC. Censo Escolar. Disponível em WWW.inep.gov.br/basica/censo/escolar/sinopse/sinopse.asp. Acesso em: 17 julho 2007.

⁹ Dados obtidos através do PNAD/IBGE de 2002. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 17 julho 2007.

A TAB. 8 reflete a distribuição da amostra em relação aos cursos investigados pela pesquisa. Dentre a amostra estudada, aproximadamente 31,5% são lotados no curso de Administração e 68,5% estavam cursando Segurança do Trabalho.

Tabela 8 – CURSO DO RESPONDENTE

CURSO TÉCNICO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
ADMINISTRAÇÃO	34	31,5
SEGURANÇA DO TRABALHO	74	68,5
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

Quanto ao período em que o respondente está matriculado, pode-se observar uma concentração maior no 2º período que representa 45,4% do total (TABELA 9). É necessário levar em consideração que no semestre em que foi realizada a pesquisa, o 3º período de Administração não era constituído na instituição.

Tabela 9 - PERÍODO DO RESPONDENTE

PERÍODO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
PRIMEIRO	32	29,6
SEGUNDO	49	45,4
TERCEIRO	27	25,0
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

A cidade de Ipatinga é a que concentra o maior índice de respondentes (73,1%), seguida da cidade Santana do Paraíso com 6,5%. Timóteo é a cidade que apresenta a menor incidência de respondentes com apenas 0,9% (TABELA 10). Pode-se contatar também que a maioria dos alunos reside na mesma cidade onde está instalada a escola pesquisada, em Ipatinga, a cidade mais populosa da Região Metropolitana do Vale do Aço.

Tabela 10 - LOCAL EM QUE RESIDE

LOCALIDADE	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
IPATINGA	79	73,1
CORONEL FABRICIANO	3	2,8
TIMÓTEO	1	0,9
CACHOEIRA ESCURA	4	3,7
NAQUE	2	1,9
SANTANA DO PARAÍSO	7	6,5
OUTROS	12	11,1
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

A grande maioria dos respondentes é pertencente à classe C (50,9%). Pode ser observada a incidência de 29,6% de respondentes classificados como pertencentes às classes acima de B2 (TABELA 11)¹⁰.

Tabela 11- CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA

CLASSE SÓCIO ECONÔMICA	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
CLASSE A1	1	0,9
CLASSE A2	4	3,7
CLASSE B1	4	3,7
CLASSE B2	23	21,3
CLASSE C	55	50,9
CLASSE D	13	12,0
NAO INFORMADA	8	7,4
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

¹⁰ O critério de classificação Econômica adotado neste trabalho foi o **Critério de Classificação Econômica Brasil**. Este critério foi construído com a utilização de técnicas estatísticas e enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado definida pela entidade é, exclusivamente, de **classes econômicas**. Este critério estabelece um sistema de pontos baseado na posse de itens, tais como: televisão em cores, rádio, banheiro, automóvel, empregada mensalista, aspirador de pó, máquina de lavar videocassete e/ou DVD, geladeira, freezer e no grau de instrução do chefe de família. A partir no número de pontos que o sujeito obtém, dá-se a classe em que ele se encontra que varia de classe A1, A2, B1, B2, C, D, E. Mais detalhes podem ser encontrados em Associação Nacional de Empresas de Pesquisa (ANEP). Dados com base no levantamento Sócio Econômico – 2000 – IBOPE. (www.anep.org.br).

De acordo com a TAB.12, observa-se que a maioria dos alunos arcam com a própria mensalidade (54,6%), enquanto 28,7% dependem do auxílio de familiares. Pode-se concluir que, os alunos dependem do seu emprego para pagarem a escola, já que 45,4% deles é que possuem outras fontes de recursos para custeio da educação técnico profissional.

Tabela 12 – RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DA MENSALIDADE

PAGAMENTO DA MENSALIDADE DA ESCOLA	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
TOTALMENTE PAGA POR VOCÊ.	59	54,6
PAGA POR VOCÊ, COM AUXÍLIO DA SUA FAMÍLIA.	17	15,7
PAGA POR VOCÊ, COM AUXÍLIO DA EMPRESA EM QUE TRABALHA.	1	0,9
TOTALMENTE PAGA POR SUA FAMÍLIA.	31	28,7
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

De acordo com a TAB.13, observa-se que 93,5% dos alunos são provenientes do ensino público e apenas 6,5% do ensino particular. Portanto existe um desequilíbrio no que tange à base escolar do aluno que frequenta a escola. Isto sugere indicações sobre o poder aquisitivo, visto que 50,9% dos alunos são pertencentes à classe C (TABELA 11).

Tabela 13– ORIGEM ESCOLAR DO RESPONDENTE

REDE DE ENSINO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
PARTICULAR	7	6,5
PÚBLICA	101	93,5
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

Pode-se observar de acordo com a TAB.14 que a grande parte dos alunos (49,1%) deram continuidade aos estudos em uma escola técnica a partir do momento que concluíram o ensino médio.

Tabela 14 - APÓS CONCLUIR O ENSINO MÉDIO, QUANTO TEMPO FICOU FORA DA ESCOLA ANTES DE INICIAR NA ETVA?

TEMPO FORA DA ESCOLA	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
MENOS DE 1 ANO	53	49,1
DE 1 A 2 ANOS	18	16,7
DE 3 A 5 ANOS	10	9,3
ACIMA DE 5 ANOS	27	24,9
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

5.2 Relato se o curso que o aluno faz é exatamente o curso que gostaria de estar fazendo

Na TAB.15 observa-se que 88,9% dos respondentes faz exatamente o curso que gostaria de estar fazendo e apenas 9,3% não gostam do curso que fazem.

Tabela 15 - O CURSO QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO É EXATAMENTE O CURSO QUE VOCÊ GOSTARIA DE ESTAR FAZENDO?

AFIRMATIVAS	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
SIM	96	88,9
NÃO	10	9,3
SEM RESPOSTA	2	1,9
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

Foi perguntado aos respondentes que não gostam do curso que fazem o motivo pelo qual continuam fazendo, e as respostas foram as seguintes:

Tabela 16 - CASO NEGATIVO, POR QUE ENTÃO ESTÁ FAZENDO ESTE CURSO?

-
- ✓ APÓS O 2º. PERÍODO ACABEI DESANIMANDO AO VER QUE SE EXIGE MUITO DO TÉCNICO E MEU APRENDIZADO CAIU MUITO.
 - ✓ EU GOSTARIA DE ESTAR FAZENDO O CURSO DE LETRAS, MAS FIQUEI IMPOSSIBILITADO E OPTEI POR ESTE CURSO POR SER UM CURSO TÉCNICO COM O QUAL MAIS IDENTIFIQUEI.
 - ✓ INDICAÇÃO
 - ✓ PELAS AMIZADES E PELO TEMPO QUE JÁ FOI GASTO AQUI, ACHO MELHOR IR ATÉ O FIM.
 - ✓ POIS É UMA ÁREA QUE ABRANGE UM IMENSO ESPAÇO PROFISSIONAL
 - ✓ POR NÃO TER ALTERNATIVA.
 - ✓ PORQUE ACHO MUITO DESPERDÍCIO COMEÇAR UM CURSO E TERMINAR ANTES DE FORMAR. FICAM APENAS UNS CONHECIMENTOS A MAIS.
 - ✓ PORQUE DEPOIS DO QUE EU TINHA EM MENTE, ESSE É O QUE MAIS ENCAIXOU NO MEU PERFIL PESSOAL.
 - ✓ PORQUE EU QUERO PAGAR A MINHA FACULDADE
 - ✓ PORQUE PRECISO DE UMA PROFISSÃO E ESTE CURSO TEM CAMPO PARA TRABALHO.
-

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

Foi perguntado também para os que não fazem o curso que gostam, qual curso gostariam de estar fazendo e foram encontradas as seguintes respostas:

Tabela 17- QUAL CURSO DESEJA FAZER?

-
- ✓ AINDA NÃO SEI, ESTOU AINDA INDECISA.
 - ✓ ALGO LIGADO À ÁREA DE PROJETOS CIVIS.
 - ✓ CURSO DE LETRAS
 - ✓ ELETROTÉCNICA
 - ✓ GESTÃO EMPRESARIAL OU CONTABILIDADE
 - ✓ MEIO AMBIENTE
 - ✓ PRÓTESE DENTÁRIA
 - ✓ RADIOLOGIA MÉDICA
 - ✓ TORNEARIA
-

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

As tabelas 18 a 21 apresentam alguns cruzamentos relacionados se o curso que está fazendo é exatamente o curso que o aluno gostaria de estar fazendo com outras variáveis, como: sexo, classe social, faixa etária e curso.

Tabela 18 - O CURSO QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO É EXATAMENTE O CURSO QUE VOCÊ GOSTARIA DE ESTAR FAZENDO? * SEXO

% of Total

	SEXO		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	27,4%	63,2%	90,6%
Não	2,8%	6,6%	9,4%
Total	30,2%	69,8%	100,0%

Tabela 19 - O CURSO QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO É EXATAMENTE O CURSO QUE VOCÊ GOSTARIA DE ESTAR FAZENDO? * CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA

% of Total

	CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA				Total
	CLASSE A1 /B1	CLASSE B2	CLASSE C	CLASSE D	
Sim	8,2%	20,4%	49,0%	12,2%	89,8%
Não	1,0%	2,0%	6,1%	1,0%	10,2%
Total	9,2%	22,4%	55,1%	13,3%	100,0%

Tabela 20 - O CURSO QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO É EXATAMENTE O CURSO QUE VOCÊ GOSTARIA DE ESTAR FAZENDO? * FAIXA ETÁRIA

% of Total

	FAIXA ETÁRIA			Total
	Até 20 anos	de 21 a 25 anos	Acima de 26 anos	
Sim	43,4%	25,5%	21,7%	90,6%
Não	4,7%	2,8%	1,9%	9,4%
Total	48,1%	28,3%	23,6%	100,0%

Tabela 21 - O CURSO QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO É EXATAMENTE O CURSO QUE VOCÊ GOSTARIA DE ESTAR FAZENDO? * CURSO

% of Total

	CURSO		Total
	Administração	Segurança no Trabalho	
Sim	31,1%	59,4%	90,6%
Não	,9%	8,5%	9,4%
Total	32,1%	67,9%	100,0%

5.3 Fatores que mais contribuíram para a escolha do aluno pela Educação profissional

Com relação à motivação que levou ao pesquisado a ingressar na Educação Técnico Profissional, a categoria trabalho alavanca todas as outras intenções. De acordo com a TAB.22, 72,2% respondeu que a decisão de reiniciar os estudos na ETP está intimamente ligada às questões relativas às exigências, melhoria e mobilidade dentro do processo produtivo. Quanto à intenção de continuidade dos estudos através do ingresso em uma faculdade, 64,8% apontou a alternativa referente a essa motivação; os outros 39,8% estão ligados especificamente à satisfação pessoal (compreensão da realidade que os cerca e para fazer novos amigos).

Tabela 22 – MOTIVOS MAIS IMPORTANTES PARA INICIAR ESTUDOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA

MOTIVOS	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL (*)
PARA CONSEGUIR UM EMPREGO MELHOR	78	72,2
PARA PODER CURSAR UMA FACULDADE	70	64,8
PARA SATISFAÇÃO PESSOAL	43	39,8
PARA CONSEGUIR UM ESTÁGIO, VISTO COMO POSSIBILIDADE DE ASCENSÃO PROFISSIONAL	40	37,0
PARA CONSEGUIR UM TRABALHO	32	29,6
PARA COMPREENDER MELHOR O MUNDO QUE O CERCA	27	25,0
PARA FAZER NOVOS AMIGOS	9	8,3
EXIGÊNCIA DE SEU EMPREGO ATUAL	5	4,6
OUTROS MOTIVOS	5	4,6

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

(*) Respostas múltiplas - A base para percentagem é 108.

Obs.: Os respondentes não descreveram os “outros motivos”.

Foi solicitado, dentro da mesma questão, que os respondentes citassem o motivo mais importante dentre todos os ofertados, e pôde-se observar de acordo com a TAB.22A que a necessidade de se conseguir um emprego melhor (mobilidade profissional), e para conseguir ingressar em uma faculdade são os motivos mais destacados, perfazendo o total de 42,6% das respostas.

Tabela 22A – O MAIS IMPORTANTE MOTIVO PARA VOCÊ TER INICIADO SEUS ESTUDOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA

MOTIVO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
4.PARA CONSEGUIR UM EMPREGO MELHOR	29	26,9
7.PARA PODER CURSAR UMA FACULDADE	17	15,7
3.PARA CONSEGUIR UM TRABALHO	12	11,1
8.PARA SATISFAÇÃO PESSOAL	10	9,3
2.PARA CONSEGUIR UM ESTÁGIO, VISTO COMO POSSIBILIDADE DE ASCENSÃO PROFISSIONAL	8	7,4
6.PARA COMPREENDER MELHOR O MUNDO QUE O CERCA	4	3,7
1.EXIGÊNCIA DE SEU EMPREGO ATUAL	1	0,9
TRABALHAR EM BUSCA DO CRESCIMENTO DA EMPRESA E DE SI PRÓPRIO, PROFISSIONAL E PESSOAL	1	0,9
SEM RESPOSTA	26	24,1
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

As tabelas 23 a 26 apresentam alguns cruzamentos dos fatores que mais contribuíram para a escolha do aluno pela Educação Profissional com outras variáveis, como: sexo, classe social, faixa etária e curso. Percebe-se que os motivos para ter iniciado os estudos em uma escola técnica variam de acordo com o sexo, classe sócio-econômica, faixa etária e curso dos respondentes.

Tabela 23 - MAIS IMPORTANTE MOTIVO PARA VOCÊ TER INICIADO SEUS ESTUDOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA * SEXO

% of Total

	SEXO		Total
	Masculino	Feminino	
Exigência de seu emprego atual		1,2%	1,2%
Para conseguir um estágio, visto como possibilidade de ascensão profissional	3,7%	6,1%	9,8%
Para conseguir um trabalho	2,4%	12,2%	14,6%
Para conseguir um emprego melhor	9,8%	25,6%	35,4%
Para compreender melhor o mundo que o cerca	3,7%	2,4%	6,1%
Para poder cursar uma faculdade	2,4%	18,3%	20,7%
Para satisfação pessoal	4,9%	7,3%	12,2%
Total	26,8%	73,2%	100,0%

Tabela 24 - MAIS IMPORTANTE MOTIVO PARA VOCÊ TER INICIADO SEUS ESTUDOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA * CLASSE SÓCIO- ECONÔMICA

% of Total

	CLASSE SÓCIO- ECONÔMICA				Total
	CLASSE A1 /B1	CLASSE B2	CLASSE C	CLASSE D	
Exigência de seu emprego atual		1,3%			1,3%
Para conseguir um estágio, visto como possibilidade de ascensão profissional		3,9%	6,5%		10,4%
Para conseguir um trabalho			11,7%	2,6%	14,3%
Para conseguir um emprego melhor	3,9%	9,1%	15,6%	6,5%	35,1%
Para compreender melhor o mundo que o cerca			3,9%	2,6%	6,5%
Para poder cursar uma faculdade	1,3%	5,2%	10,4%	3,9%	20,8%
Para satisfação pessoal	1,3%	2,6%	7,8%		11,7%
Total	6,5%	22,1%	55,8%	15,6%	100,0%

Tabela 25 - MAIS IMPORTANTE MOTIVO PARA VOCÊ TER INICIADO SEUS ESTUDOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA * FAIXA ETÁRIA

% of Total

	FAIXA ETÁRIA			Total
	Até 20 anos	de 21 a 25 anos	Acima de 26 anos	
Exigência de seu emprego atual	1,2%			1,2%
Para conseguir um estágio, visto como possibilidade de ascensão profissional	8,5%	1,2%		9,8%
Para conseguir um trabalho	4,9%	7,3%	2,4%	14,6%
Para conseguir um emprego melhor	14,6%	14,6%	6,1%	35,4%
Para compreender melhor o mundo que o cerca	2,4%	1,2%	2,4%	6,1%
Para poder cursar uma faculdade	15,9%	1,2%	3,7%	20,7%
Para satisfação pessoal	2,4%	3,7%	6,1%	12,2%
Total	50,0%	29,3%	20,7%	100,0%

Tabela 26- MAIS IMPORTANTE MOTIVO PARA VOCÊ TER INICIADO SEUS ESTUDOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA * CURSO

% of Total	CURSO		Total
	Administração	Segurança do Trabalho	
Exigência de seu emprego atual	1,2%		1,2%
Para conseguir um estágio, visto como possibilidade de ascensão profissional	4,9%	4,9%	9,8%
Para conseguir um trabalho	3,7%	11,0%	14,6%
Para conseguir um emprego melhor	9,8%	25,6%	35,4%
Para compreender melhor o mundo que o cerca	2,4%	3,7%	6,1%
Para poder cursar uma faculdade	9,8%	11,0%	20,7%
Para satisfação pessoal	2,4%	9,8%	12,2%
Total	34,1%	65,9%	100,0%

Observa-se que 97,2% dos respondentes consideram importante o aprendizado na ETVA para o seu futuro profissional (TABELA 27). Pode-se inferir daí a necessidade fundamental de conteúdos, metodologia e didática adequados a dar conta desse vínculo entre o processo de escolarização na ETP e o mundo do trabalho, buscando-se atender aos anseios de seu alunado.

Tabela 27 - IMPORTÂNCIA QUE VOCÊ DÁ AO APRENDIZADO NA ETVA NO MOMENTO ATUAL DE SEUS ESTUDOS

IMPORTÂNCIA	Nº RESPOSTAS	PERCENTUAL (*)
PARA SEU FUTURO PROFISSIONAL	105	97,2
PARA AS COISAS QUE VOCÊ FAZ EM SEU DIA-A-DIA	41	38,0
PARA COMPREENDER A REALIDADE	66	61,1
PARA CONSEGUIR UM TRABALHO ATUALMENTE	66	61,1

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

(*) Respostas múltiplas - A base para percentagem é 108.

5.4 Informações sobre a vida produtiva dos alunos

As próximas tabelas apresentam questões relativas à categoria trabalho, seu significado, situação atual no processo produtivo e a relação entre o ensino na ETVA e o mundo do trabalho.

De acordo com a TAB.28 pode-se observar que a grande maioria dos alunos está trabalhando atualmente (56,5%). Um aspecto que mostrou-se bastante relevante foi a questão do estágio, que hoje apresenta-se como uma das principais formas de acesso dos jovens ao mercado de trabalho, representando 12 % do total de respondentes.

Tabela 28 - COM RELAÇÃO AO TRABALHO, QUAL É A SITUAÇÃO QUE VOCÊ SE ENCONTRA ATUALMENTE?

SITUAÇÃO ATUAL	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
NUNCA TRABALHOU, NEM PROCUROU TRABALHO	1	0,9
NUNCA TRABALHOU, MAS ESTÁ PROCURANDO TRABALHO	9	8,3
ESTÁ TRABALHANDO	61	56,5
ESTÁ FAZENDO ESTÁGIO	13	12,0
JÁ TRABALHOU, MAS ESTÁ DESEMPREGADO	24	22,2
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

Pode-se observar que a maioria dos respondentes está trabalhando (72,2%). Foi observado um percentual equilibrado entre o tempo que os alunos estão sem trabalho. Podem-se observar os períodos com maiores índices de desocupação: até 1 mês (6,5%), mais de 3 meses até 6 meses (5,6%), mais de 6 meses até 1 ano (7,4%), mais de 1 ano (5,6%). Apenas 2,8% estão sem emprego há mais de 1 mês até 3 meses (TABELA 29).

Tabela 29 - SE VOCÊ JÁ TRABALHOU E ESTÁ DESEMPREGADO, HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ SEM TRABALHO?

TEMPO SEM TRABALHO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
ATÉ 1 MÊS	7	23,3
MAIS DE 1 MÊS ATÉ 3 MESES	3	10,0
MAIS DE 3 MESES ATÉ 6 MESES	6	20,0
MAIS DE 6 MESES ATÉ 1 ANO	8	26,7
MAIS DE 1 ANO	6	20,0
TOTAL	30	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

Tabela 29A - QUANTO TEMPO ACIMA DE 1 ANO

TEMPO (ANOS)	Nº DE RESPOSTAS
1,5	1
3,0	1
5,0	1
Tempo não informado	3
Total	6

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

As tabelas 30 a 33 apresentam alguns cruzamentos relativos à ocupação profissional dos alunos com outras variáveis, como: sexo, classe social, faixa etária e curso. Percebe-se que a ocupação profissional varia de acordo com o sexo, classe sócio-econômica, faixa etária e curso dos respondentes.

Tabela 30 - COM RELAÇÃO AO TRABALHO, QUAL É A SITUAÇÃO QUE VOCÊ SE ENCONTRA ATUALMENTE? * SEXO

% of Total	SEXO		Total
	Masculino	Feminino	
Nunca trabalhou, nem procurou trabalho		,9%	,9%
Nunca trabalhou, mas está procurando trabalho	1,9%	6,5%	8,3%
Está trabalhando	20,4%	36,1%	56,5%
Está fazendo estágio	3,7%	8,3%	12,0%
Já trabalhou, mas está desempregado	4,6%	17,6%	22,2%
Total	30,6%	69,4%	100,0%

Tabela 31 - COM RELAÇÃO AO TRABALHO, QUAL É A SITUAÇÃO QUE VOCÊ SE ENCONTRA ATUALMENTE? * CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA

% of Total

	CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA				Total
	CLASSE A1 /B1	CLASSE B2	CLASSE C	CLASSE D	
Nunca trabalhou, nem procurou trabalho			1,0%		1,0%
Nunca trabalhou, mas está procurando trabalho		3,0%	3,0%	2,0%	8,0%
Está trabalhando	6,0%	15,0%	28,0%	9,0%	58,0%
Está fazendo estágio	1,0%	3,0%	7,0%		11,0%
Já trabalhou, mas está desempregado	2,0%	2,0%	16,0%	2,0%	22,0%
Total	9,0%	23,0%	55,0%	13,0%	100,0%

Tabela 32 - COM RELAÇÃO AO TRABALHO, QUAL É A SITUAÇÃO QUE VOCÊ SE ENCONTRA ATUALMENTE? * FAIXA ETÁRIA

% of Total

	FAIXA ETÁRIA			Total
	Até 20 anos	de 21 a 25 anos	Acima de 26 anos	
Nunca trabalhou, nem procurou trabalho		,9%		,9%
Nunca trabalhou, mas está procurando trabalho	3,7%	4,6%		8,3%
Está trabalhando	27,8%	13,0%	15,7%	56,5%
Está fazendo estágio	7,4%	3,7%	,9%	12,0%
Já trabalhou, mas está desempregado	8,3%	6,5%	7,4%	22,2%
Total	47,2%	28,7%	24,1%	100,0%

Tabela 33 - COM RELAÇÃO AO TRABALHO, QUAL É A SITUAÇÃO QUE VOCÊ SE ENCONTRA ATUALMENTE? * CURSO

% of Total

	CURSO		Total
	Administração	Segurança do Trabalho	
Nunca trabalhou, nem procurou trabalho		,9%	,9%
Nunca trabalhou, mas está procurando trabalho	1,9%	6,5%	8,3%
Está trabalhando	19,4%	37,0%	56,5%
Está fazendo estágio	6,5%	5,6%	12,0%
Já trabalhou, mas está desempregado	3,7%	18,5%	22,2%
Total	31,5%	68,5%	100,0%

Perguntou-se aos pesquisados que estão sem emprego, se a ETVA contribui e de que maneira para satisfazer as atuais exigências do mundo do trabalho. As respostas foram bastante sucintas, no entanto, evidenciaram a preocupação com a qualificação para atender ao mercado de trabalho. Dos 30 respondentes, 22 colocaram como principal contribuição o conhecimento técnico adquirido. Segundo a opinião de um dos pesquisados “(...) a ETVA estará me ajudando a profissionalizar, conhecer a área de atuação e as necessidades encontradas e exigidas no mercado de trabalho” (respondente nº 20). As outras contribuições referem-se à melhoria das relações sociais, pois através dos novos contatos que estão mantendo entre professores e colegas, irá aumentar a possibilidade de novos contatos para conseguir um novo trabalho. Assim se expressa outro respondente: “(...) está me ajudando a conhecer pessoas diferentes, a conversar com mais segurança com os professores e com outros” (respondente nº 30). Foi apontada também a experiência profissional dos professores. De acordo com a opinião de um dos respondentes “(...) conhecimento, experiência através de atividade profissional de cada professor” (respondente nº 27).

Também foi solicitado ao grupo que está trabalhando atualmente que assinalasse as alternativas mais relevantes referentes à contribuição que o ensino na ETVA está propiciando para a melhoria da sua ocupação profissional (ascensão e mobilidade no trabalho).

Todos os respondentes do grupo dos que estão trabalhando no momento assinalaram no mínimo, duas das cinco alternativas que lhes foram oferecidas, e dentre as respostas mais frequentes referiam-se aos conteúdos aprendidos e aos novos contatos mantidos no espaço escolar como fatores que mais contribuíram para a melhoria profissional (TABELA 34).

Tabela 34 - IMPORTÂNCIA DOS SEUS ESTUDOS NA ETVA PARA MELHORAR SUA OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL (*)
OS CONTEÚDOS APRENDIDOS NA ESCOLA LHE DARÃO BASE PARA SEMPRE	68	63,0
ALEM DOS CONTEÚDOS, O DIPLOMA QUE VOCÊ RECEBE AO CONCLUIR O CURSO	23	21,3
APENAS O DIPLOMA QUE VOCÊ RECEBE AO FINAL DO CURSO.	1	0,9
OS NOVOS CONTATOS QUE VOCÊ MANTÉM DURANTE O PERÍODO DO CURSO	45	41,7
OUTROS MOTIVOS	4	3,7

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

(*) Respostas múltiplas - A base para percentagem é 108.

Tabela 34A - OUTROS MOTIVOS PARA MELHORAR A OCUPAÇÃO

- ✓ AMPLIAR CONHECIMENTOS
- ✓ CRESCER
- ✓ PARA TER MAIS BAGAGEM NO CAMPO PROFISSIONAL
- ✓ TER UMA PROFISSÃO RCONHECIDA

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

A próxima questão levanta o grau de satisfação e as expectativas profissionais que os respondentes consideram em relação aos fatores que contribuíram para que eles iniciassem seus estudos em uma escola técnica. Para melhor evidenciar esse resultado, separaram-se as opiniões por categorias mais abrangentes, e que serão agora descritas:

1^a) Compreensão do mundo e aquisição de novos conhecimentos:

Os respondentes que evidenciaram esse tipo de motivação, explicaram que a satisfação pelo ensino vem do fato das disciplinas conseguirem fazer conexões entre a teoria e o mundo que

os cerca. Alguns alunos conseguem definir claramente quando a teoria se conecta com sua experiência no campo profissional, como por exemplo, as respostas dos seguintes pesquisados:

Sim. Porque na minha área de trabalho a matemática é constante. A automação e o desenho são fundamentais para saber, ver, entender e compreender. E isto só é possível estudando (respondente nº 38).

Sim. O dinamismo nas aulas e nos conteúdos propostos passa um melhor conhecimento que podemos aplicar na prática em nosso local de trabalho e no dia-a-dia (respondente nº 78).

Sim. Pois adquirimos conhecimento técnico e prático na área do curso em que fazemos através da troca de experiência profissional dos professores (respondente nº 103).

Sim. Através dos conteúdos aplicados em sala de aula é possível escolher uma carreira para trilhar e a ETVA desempenha seu papel muito bem, passando a todos os alunos o que buscamos (respondente nº 104).

Outros responderam que as informações a respeito do mundo causam melhoria tanto no aspecto de suas vidas sociais, quanto produtivas, exemplo disso são as opiniões dos seguintes respondentes:

Para o desenvolvimento e conscientização do mundo atual, pela coleta de informações que nos ajuda a compreender a realidade e consequentemente a melhoria de nossa vida pessoal e profissional (respondente nº 23).

Sim. Para compreender melhor acerca do mundo que nos rodeia e está crescendo profissionalmente e pessoalmente (respondente nº 1).

Sim. Porque está me dando base através dos conhecimentos adquiridos na escola. Acredito que através deste curso terei melhores oportunidades de emprego, além, é claro da satisfação pessoal (respondente nº 5).

Sim. Porque os conteúdos que são repassados pelos professores enriquecem muito a forma de relacionar e conviver com outras pessoas (respondente nº 34)

Sim. Pois aqui se aprende não só sobre o assunto em que serve para trabalhar, mas sim valores a serem aplicados em todos os dias de nossa vida (respondente nº 61)

2ª) Valorização da auto-estima, realização pessoal:

Quase todos os pesquisados, em algum momento das respostas, considerou a questão da satisfação pessoal como um dos pontos importantes para o retorno às atividades escolares. Através das opiniões observa-se o quanto o aprendizado é valorizado e quanto à consciência do estudante auxilia a sensação de segurança e autocontrole das situações a serem enfrentadas. Cita-se, abaixo, as opiniões dos respondentes que trazem exemplos da satisfação do aprendizado no ensino técnico da ETVA em relação à auto-estima dos pesquisados:

Sim, está contribuindo porque hoje me sinto mais feliz e sei que sou capaz. Sinto segura para concorrer a uma vaga de estágio ou até mesmo daqui algum tempo abrir meu próprio negócio (respondente nº 7).

Gostei muito de retornar para um curso técnico, fez para minha vida pessoal uma grande diferença voltar aos estudos. Estou muito feliz de estar concluindo o Ensino Técnico (respondente nº 21).

Estou satisfeita, pois ativa nossa memória, aumenta a auto-estima, e facilita mais nossa vida, para convivemos em sociedade com novas oportunidades.... como cidadãos (respondente nº 27).

3ª) Continuidade dos estudos:

De acordo com as respostas dos pesquisados, observa-se um grande interesse por parte deles em continuar os estudos cursando uma faculdade e assim se tornar um profissional mais competitivo no mercado de trabalho. As respostas que evidenciam essa motivação foram as seguintes:

Sim. Pois com o curso técnico é mais fácil de entrar no mercado de trabalho, e o curso técnico irá me dar uma base melhor na hora de escolher um curso superior (respondente nº 4).]

Sim. Pois estou tendo um grande aprendizado para um futuro estágio ou emprego melhor e assim poder cursar uma faculdade (respondente nº 11).

Sim. Porque aqui eu tenho certeza que estou tendo a base que preciso para encarar o mercado de trabalho, como um bom profissional e conseguir fazer a faculdade (respondente nº 53).

4ª) Conquista de um trabalho ou melhoria no emprego em que estão (ascensão profissional):

Essa categoria foi a mais mencionada pelos alunos, pois diz respeito ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva, sendo que uma das principais funções da Educação Profissional é a de preparar mão-de-obra qualificada para atender as demandas do desenvolvimento econômico. Segue abaixo as respostas dos pesquisados:

Sim. A minha expectativa de uma situação profissional melhor aumentou, e acredito que vou alcançar êxito (respondente nº 40).

Sim. Porque a escola técnica ensinou muito a minha vida e uma nova vida, porque antes estava sem trabalho e hoje espero trabalhar a primeira vez na vida (respondente nº 49).

Sim. Porque além do curso estar fazendo exatamente o que eu esperava, é o curso que fez com que eu conseguisse o meu estágio que tem uma grande possibilidade de me chamar futuramente para fichar (respondente nº 69).

Sim. Pois possibilitou que eu ingressasse no mercado de trabalho (respondente nº 70).

Sim. Porque além de ter conseguido um trabalho estou aprendendo tudo aquilo que eu sempre quis aprender em relação a empresa em que trabalho (respondente nº 71).

Sim. Depois que entrei no curso técnico já consegui um estágio na área (respondente nº 72).

Sim. Pois consegui um estágio e estou aperfeiçoando meus conhecimentos para conseguir uma profissão melhor na área (respondente nº 75).

Sim. Porque depois que comecei a fazer o curso passei a ter mais facilidade em me relacionar com as pessoas e me empenhei mais no estágio e hoje, graças a deus, estou fichada e me empenhando a cada dia (respondente nº 76).

Sim. Pois observo que o curso técnico tem me feito progredir e crescer em meu trabalho (respondente nº 79).

Sim. Pois hoje faço estágio na área do curso, e também está me ajudando em meu crescimento profissional (respondente nº 87).

Sim. Com o intuito de entrar com meus conhecimentos no mercado de trabalho (respondente nº 108).

5ª) Experiência profissional dos professores

Os respondentes consideram o corpo docente da escola muito experiente e qualificado para o exercício de sua função. O que pode ser verificado através das respostas:

Sim. Porque os professores são ótimos e passam o conteúdo de uma forma compreensível e agradável (respondente nº 24).

Sim. Porque estou satisfeita devido ao conhecimento que os professores nos passam nas aulas (respondente nº 25).

Sim. Porque a ETVA tem uma estrutura de aprendizagem muito qualificada, e os professores são muito comunicativos e sabem passar muito bem a matéria para seus alunos (respondente nº 27).

Sim. Tanto a estrutura da escola e a competência dos professores me dão uma grande satisfação de estudar aqui (respondente nº 28).

Sim. Porque os professores são bem capacitados para lecionar além de nos mostrarem a experiência pela qual passaram nos dando ânimo a continuar estudando (respondente nº 52).

Sim. O conhecimento que os professores têm e a forma como é transmitido me motivam a continuar os estudos e a aprender mais com eles (respondente nº 85).

Sim. Porque os professores são excelentes e passam à experiência que eles têm para a gente (respondente nº 101).

5.5 Interação da ETVA com a vida produtiva dos alunos

A pesquisa mostra que a grande maioria dos alunos (57,4%) utiliza em seu trabalho o conhecimento técnico aprendido na escola, repassando-o aos colegas de trabalho, fazendo, inclusive, com que os jovens valorizem o curso oferecido pela escola (TABELA 35).

Tabela 35 - VOCÊ UTILIZA NO TRABALHO, O CONHECIMENTO TÉCNICO ADQUIRIDO NA ESCOLA?

UTILIZA CONHECIMENTO ADQUIRIDO NA ETVA	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
SIM, O CONHECIMENTO TÉCNICO APRENDIDO NA ESCOLA É REPASSADO AOS COLEGAS DE TRABALHO	62	57,4
NÃO, EM MEU TRABALHO NÃO PRECISO RECORRER AOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA ESCOLA	15	13,9
SEM RESPOSTA	31	28,7
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

Pela TAB.36, observa-se que a maioria dos respondentes trazem para a sala de aula a experiência adquirida no trabalho, aproximadamente 66,7%.

Tabela 36 - DURANTE AS AULAS VOCÊ CONSEGUE TRAZER A EXPERIÊNCIA EM SEU TRABALHO PARA DENTRO DA SALA DE AULA?

AFIRMATIVAS	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
SIM, O PROFESSOR RECORRE AO SABER ADQUIRIDO NA ATIVIDADE DE TRABALHO DOS ALUNOS PARA ENRIQUECER O CONHECIMENTO ESCOLAR DE TODA A TURMA.	33	30,6
SIM, RECORRO AO MEU TRABALHO, POIS ESTE POSSIBILITA ASSIMILAR COM MAIS FACILIDADE O CONHECIMENTO ESCOLAR	39	36,1
NÃO, O SABER TRAZIDO DO MEU TRABALHO NÃO ENCONTRA ESPAÇO NA SALA DE AULA.	12	11,1
SEM RESPOSTA	24	22,2
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

5.6 Expectativas profissionais após a conclusão do curso na ETVA

Observa-se que a grande maioria dos respondentes pretende cursar uma faculdade na mesma área do curso técnico depois de concluir o ensino técnico, aproximadamente 56%, e apenas 8,3% pretendem apenas trabalhar (TABELA 37).

Tabela 37 - O QUE VOCÊ PRETENDE FAZER DEPOIS DE CONCLUIR O ENSINO TÉCNICO?

PRETENSÃO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
CURSAR UMA FACULDADE NA MESMA ÁREA DO CURSO TÉCNICO	60	55,6
CURSAR UMA FACULDADE EM OUTRA ÁREA	21	19,4
AINDA NÃO PENSOU	12	11,1
APENAS TRABALHAR	9	8,3
OUTRA	6	5,6
TOTAL	108	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

Tabela 37 A - OUTRA PRETENSÃO

OUTRA PRETENSÃO	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
CONSEGUIR MELHOR EMPREGO PARA CURSAR FACULDADE	1	0,9
FAZER MAIS CURSOS PARA TER UM MERCADO AMPLO ATRAVÉS DO MEU CONHECIMENTO.	1	0,9
FAZER OUTROS CURSOS TÉCNICOS ATÉ CONDIÇÕES DE FAZER FACULDADE.	1	0,9
PREFERE NÃO DEMONSTRAR PUBLICIDADE	1	0,9
TRABALHAR E CURSAR FACULDADE.	1	0,9
Total	6	100,0

Fonte: Pesquisa primária realizada pela autora

As tabelas 38 a 41 apresentam alguns cruzamentos do que se pretende fazer depois de concluir o ensino técnico com outras variáveis, como: sexo, classe social, faixa etária e curso. Percebe-se que as pretensões variam de acordo com o sexo, classe sócio-econômica, faixa etária e curso dos respondentes.

**Tabela 38 - O QUE VOCÊ PRETENDE FAZER DEPOIS DE CONCLUIR O ENSINO TÉCNICO?
* SEXO**

% of Total	SEXO		Total
	Masculino	Feminino	
	Ainda não pensou	5,6%	
Cursar uma faculdade na mesma área do curso técnico	15,0%	41,1%	56,1%
Cursar uma faculdade em outra área	5,6%	14,0%	19,6%
Apenas trabalhar	3,7%	4,7%	8,4%
Outra	,9%	3,7%	4,7%
Total	30,8%	69,2%	100,0%

**Tabela 39 - O QUE VOCÊ PRETENDE FAZER DEPOIS DE CONCLUIR O ENSINO TÉCNICO?
* FAIXA ETÁRIA**

% of Total	FAIXA ETÁRIA			Total
	Até 20 anos	de 21 a 25 anos	Acima de 26 anos	
	Ainda não pensou	2,8%	6,5%	
Cursar uma faculdade na mesma área do curso técnico	31,8%	12,1%	12,1%	56,1%
Cursar uma faculdade em outra área	11,2%	4,7%	3,7%	19,6%
Apenas trabalhar	,9%	2,8%	4,7%	8,4%
Outra	,9%	1,9%	1,9%	4,7%
Total	47,7%	28,0%	24,3%	100,0%

**Tabela 40 - O QUE VOCÊ PRETENDE FAZER DEPOIS DE CONCLUIR O ENSINO TÉCNICO?
* CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA**

% of Total					
CLASSE SÓCIO-ECONÔMICA					
	CLASSE A1 /B1	CLASSE B2	CLASSE C	CLASSE D	Total
Ainda não pensou		6,1%	4,0%	1,0%	11,1%
Cursar uma faculdade na mesma área do curso técnico	7,1%	13,1%	30,3%	7,1%	57,6%
Cursar uma faculdade em outra área		4,0%	12,1%	3,0%	19,2%
Apenas trabalhar	1,0%		5,1%	1,0%	7,1%
Outra	1,0%		3,0%	1,0%	5,1%
Total	9,1%	23,2%	54,5%	13,1%	100,0%

**Tabela 41 - O QUE VOCÊ PRETENDE FAZER DEPOIS DE CONCLUIR O ENSINO TÉCNICO?
* CURSO**

% of Total			
CURSO			
	Administração	Segurança no Trabalho	Total
Ainda não pensou	4,7%	6,5%	11,2%
Cursar uma faculdade na mesma área do curso técnico	18,7%	37,4%	56,1%
Cursar uma faculdade em outra área	7,5%	12,1%	19,6%
Apenas trabalhar		8,4%	8,4%
Outra	,9%	3,7%	4,7%
Total	31,8%	68,2%	100,0%

5.7 Discussão dos resultados com base nas hipóteses delimitadas

Para análise das hipóteses levantadas nesta pesquisa no item 3.2, foi realizado o teste qui-quadrado, que permite testar a significância da associação entre duas variáveis.

Vale ressaltar que apenas foi testada a existência de relação entre duas variáveis. Não é possível, através do teste qui-quadrado, verificar a relação “causa-efeito”. A seguir serão apresentadas as tabelas cruzadas correspondentes às hipóteses testadas.

A primeira hipótese apresentou significância, portanto, pode-se dizer que os alunos de classe social mais elevada tendem a considerar o estágio como motivo para iniciar seus estudos em uma escola técnica mais frequentemente do que os alunos de classe mais baixa (TABELA 42). A hipótese foi baseada no fato de que o aluno com mais recursos financeiros considera o estágio como uma possibilidade de melhor ocupação profissional, tanto em termos de atividade a ser exercida, como em termos salariais.

TABELA 42: RELAÇÃO ENTRE CLASSE SOCIAL E MOTIVOS PARA INICIAR ESTUDOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA (HIPÓTESE 1)

ESTÁGIOQ11 * CLASSE SÓCIO- ECONÔMICA							
		CLASSE SÓCIO- ECONÔMICA				Total	
		CLASSE A1/ B1	CLASSE B2	CLASSE C	CLASSE D		
ESTÁGIOQ11	0	Count	5	13	34	12	64
		% within CLASSE SÓCIO ECONÔMICA	55,6%	56,5%	61,8%	92,3%	64,0%
	1	Count	4	10	21	1	36
		% within CLASSE SÓCIO ECONÔMICA	44,4%	43,5%	38,2%	7,7%	36,0%
Total		Count	9	23	55	13	100
		% within CLASSE SÓCIO ECONÔMICA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A segunda hipótese foi outra que se confirmou, já que foi encontrada significância na relação entre alunos de classe social mais baixa e o motivo conseguir um trabalho (TABELA 43). A hipótese buscou verificar se alunos menos privilegiados consideram como motivo mais importante para iniciar seus estudos em uma escola técnica o fato de conseguirem um trabalho, visto que esse grupo seria o responsável pelo custeio de sua educação profissional e que, portanto, deveria exercer atividade profissional remunerada para tanto e baseia-se também no fato de que, o aluno de classe social mais baixa encontra no ensino técnico uma oportunidade de inserção profissional, preparando-o para o mercado de trabalho e oferecendo oportunidades de ascensão profissional. O fato da hipótese ter sido confirmada pode dever-se

à classificação sócio-econômica do respondente da pesquisa; uma vez que a maioria dos respondentes situa-se na classe C (50,9%).

TABELA 43: RELAÇÃO ENTRE CLASSE SOCIAL E MOTIVOS PARA INICIAR ESTUDOS EM UMA ESCOLA TÉCNICA (HIPÓTESE 2)

		EMPREGO * CLASSE SÓCIO ECONÔMICA					
		CLASSE SÓCIO ECONÔMICA					
EMPREGO		CLASSE A1 /B1	CLASSE B2	CLASSE C	CLASSE D	Total	
0	Count	1	4	3	1	9	
	% within CLASSE SÓCIO ECONÔMICA	11,1%	17,4%	5,5%	7,7%	9,0%	
1	Count	8	19	52	12	91	
	% within CLASSE SÓCIO ECONÔMICA	88,9%	82,6%	94,5%	92,3%	91,0%	
Total	Count	9	23	55	13	100	
	% within CLASSE SÓCIO ECONÔMICA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

A terceira hipótese - Alunos de Segurança do Trabalho tendem a considerar o ingresso na faculdade na mesma área do curso técnico com mais frequência que os da Administração – não obteve significância após a aplicação do teste qui-quadrado, então não foi confirmada (TABELA 44). A hipótese buscou verificar se há, realmente, influência do curso técnico sobre a escolha de qual curso fazer na faculdade, visto que os alunos do curso de Administração poderiam optar por cursos como Psicologia, Direito, Marketing, Comércio Exterior, Pedagogia, Engenharia, já que durante o período do curso técnico estas disciplinas são vistas por eles. O fato da hipótese não ter sido confirmada pode dever-se à satisfação com o curso técnico, uma vez que a maioria dos respondentes tanto os alunos de Administração quanto os de Segurança do Trabalho fazem exatamente o curso que gostariam de estar fazendo (88,9%).

TABELA 44: RELAÇÃO ENTRE CURSO E PRETENSÕES APÓS CONCLUSÃO DO ENSINO TÉCNICO (HIPÓTESE 3)

INTERESSE EM CURSAR FACAULDADE DA MESMA AREA DO CURSO TECNICO * Q3 - CURSO

			Q3 - CURSO		Total
			Administração	Segurança do Trabalho	
INTERESSE EM CURSAR FACAULDADE DA MESMA AREA DO CURSO TECNICO	0	Count	14	34	48
		% within Q3 - CURSO	41,2%	45,9%	44,4%
	1	Count	20	40	60
		% within Q3 - CURSO	58,8%	54,1%	55,6%
Total		Count	34	74	108
		% within Q3 - CURSO	100,0%	100,0%	100,0%

A quarta hipótese se confirmou, já que foi encontrada significância na relação entre alunos das séries iniciais e a ocupação profissional (TABELA 45). A hipótese pode-se basear no fato de que as empresas preferem contratar para estágio ou mesmo para emprego alunos que estejam cursando o segundo período em diante. Vale ressaltar que, o estágio também foi considerado uma forma de ocupação profissional.

TABELA 45: RELAÇÃO ENTRE PERÍODO MATRICULADO E OCUPAÇÃO PROFISSIONAL (HIPÓTESE 4)

ATIVIDADE * Q4 - PERIODO MATRICULADO Crosstabulation

			Q4 - PERIODO MATRICULADO			Total
			Primeiro	Segundo	Terceiro	
ATIVIDADE	COM TRABALHO	Count	8	34	14	72
		% within Q4 - PERIODO MATRICULADO	25,0%	69,4%	51,9%	66,7%
	SEM TRABALHO	Count	24	15	13	36
		% within Q4 - PERIODO MATRICULADO	75,0%	30,6%	48,1%	33,3%
Total		Count	32	49	27	108
		% within Q4 - PERIODO MATRICULADO	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A quinta hipótese que faz a relação entre o sexo e os novos contatos mantidos durante o período do curso como um fator para melhorar sua ocupação profissional, apontando uma maior frequência sobre o sexo feminino o que não se confirmou (TABELA 46). Tanto homens quanto mulheres consideram os novos contatos que você mantém durante o período do curso (entre professores, colegas, coordenação, etc.) importantes para a ascensão profissional.

TABELA 46: RELAÇÃO ENTRE SEXO E IMPORTÂNCIA DOS CONTATOS COMO FORMA DE MELHORAR A OCUPAÇÃO PROFISSIONAL (HIPÓTESE 5)

MANTER CONTATATOS NO CURSO * Q1 - SEXO Crosstabulation

		Q1 - SEXO			
		Masculino	Feminino	Total	
MANTER CONTATATOS NO CURSO	0	Count	19	44	63
		% within Q1 - SEXO	57,6%	58,7%	58,3%
	1	Count	14	31	45
		% within Q1 - SEXO	42,4%	41,3%	41,7%
Total		Count	33	75	108
		% within Q1 - SEXO	100,0%	100,0%	100,0%

A sexta hipótese apresentou significância, portanto pode-se dizer que os alunos com faixa etária mais baixa tendem a considerar o motivo para poder cursar uma faculdade com mais frequência que os mais velhos (TABELA 47). A hipótese foi baseada no fato de que os mais jovens vêm no curso técnico uma oportunidade de estágio e depois de estarem trabalhando continuam estudando. O Técnico acaba viabilizando o primeiro emprego, que viabiliza a universidade. Já os mais velhos precisam de uma qualificação profissional para continuar no trabalho.

TABELA 47: RELAÇÃO ENTRE FAIXA ETÁRIA E MOTIVO CURSAR UMA FACULDADE (HIPÓTESE 6)

MOTIVO EM CURSAR UMA FACULDADE * FAIXA ETÁRIA Crosstabulation

			FAIXA ETÁRIA			Total
			Até 20 anos	de 21 a 25 anos	Acima de 26 anos	
MOTIVO CURSAR UMA FACULDADE	0	Count	11	13	15	39
		% within FAIXA ETÁRIA	21,6%	41,9%	57,7%	36,1%
	1	Count	40	18	11	69
		% within FAIXA ETÁRIA	78,4%	58,1%	42,3%	63,9%
Total		Count	51	31	26	108
		% within FAIXA ETÁRIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A sétima hipótese foi outra que se confirmou, já que foi encontrada significância na relação entre os alunos de Administração e o aspecto do conhecimento técnico aprendido na escola e utilizado no trabalho (TABELA 48). A hipótese baseia-se na concorrência sofrida pelo Administrador, com o emprego de outros profissionais com formação específica em outras áreas do conhecimento que sustentam a prática administrativa. Encontram-se contadores, pedagogos, advogados, engenheiros e psicólogos, além dos proprietários sem nenhuma formação, atuando em função administrativa. As organizações, em geral, priorizam a experiência em detrimento da habilitação, faz-se então, a exigência do conhecimento específico, em detrimento do geral. Portanto, o administrador que possua uma formação especialista consegue utilizar com mais frequência em seu trabalho o conhecimento específico, fazendo de seu trabalho o local de aplicação dos conhecimentos adquiridos na escola. Nesse sentido, considera-se a possibilidade de aprender com o seu fazer.

TABELA 48: RELAÇÃO ENTRE CURSO E CONHECIMENTO TÉCNICO (HIPÓTESE 7)

		Q3 - CURSO			
		Administração	Segurança do Trabalho	Total	
Q18 - VOCÊ UTILIZA NO TRABALHO, O CONHECIMENTO TÉCNICO ADQUIRIDO NA ESCOLA?	Sim, o conhecimento técnico aprendido na escola é repassado.	Count	24	38	62
		% within Q3 - CURSO	85,7%	77,6%	80,5%
ADQUIRIDO NA ESCOLA?	Não, em meu trabalho não preciso recorrer aos conhecimentos adquiridos na escola.	Count	4	11	15
		% within Q3 - CURSO	14,3%	22,4%	19,5%
Total		Count	28	49	77
		% within Q3 - CURSO	100,0%	100,0%	100,0%

Alunos de Segurança do Trabalho conseguem trazer a experiência adquirida em seu trabalho para dentro da sala de aula com mais frequência que os de Administração, confirmando a oitava hipótese (TABELA 49). Esta hipótese parte do conceito de que o curso de Segurança do Trabalho, como é um curso com uma formação mais especializada que o de Administração passaria por um processo em que o trabalho possibilita aprendizagens que ajudam o jovem a assimilar o conhecimento escolar. Quando o professor trabalha com a lógica de trazer para dentro da sala de aula as diversas vivências dos alunos, possibilitando a ele articular os saberes diversos, o conhecimento escolar passa a ter um outro sentido para o jovem. Ele recorre ao saber adquirido na atividade de trabalho para enriquecer o conhecimento escolar, não apenas o seu, mas de toda a turma. Assim, pode-se afirmar que o aluno trabalha o saber que ele traz da realidade de trabalho à medida que o confronta com os saberes formalizados da escola.

TABELA 49: RELAÇÃO ENTRE CURSO E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO (HIPÓTESE 8)

Q19 - DURANTE AS AULAS VOCÊ CONSEGUE TRAZER A EXPERIÊNCIA EM SEU TRABALHO PARA DENTRO DA SALA DE AULA *
Q3 - CURSO Crosstabulation

			Q3 - CURSO		Total
			Administração	Segurança do Trabalho	
Q19 - DURANTE AS AULAS VOCÊ CONSEGUE TRAZER A EXPERIÊNCIA EM SEU TRABALHO PARA DENTRO DA SALA DE AULA	Sim, o professor recorre ao saber adquirido na atividade de trabalho dos alunos para enriquecer o conhecimento de toda a turma.	Count	9	24	33
		% within Q3 - CURSO	29,0%	45,3%	39,3%
	Sim, recorro ao meu trabalho, pois este possibilita aprendizagens que me ajudam a assimilar com mais facilidade o conhecimento escolar.	Count	20	19	39
% within Q3 - CURSO		64,5%	35,8%	46,4%	
Não, o saber trazido do meu trabalho não encontra espaço na sala de aula.	Count	2	10	12	
	% within Q3 - CURSO	6,5%	18,9%	14,3%	
Total	Count	31	53	84	
	% within Q3 - CURSO	100,0%	100,0%	100,0%	

O teste qui-quadrado apontou significância para nona hipótese, que dizia que alunos de Segurança do Trabalho possuem faixa etária mais elevada que os de Administração (TABELA 50). A hipótese baseia-se na crescente demanda do mercado de trabalho pelo profissional formado em Segurança, o que faz com que os alunos voltem para a escola para fazer este curso. Foi observado que muitos alunos que cursam Segurança do Trabalho já possuem o diploma de curso técnico em outra área, e reiniciam seus estudos como uma forma de melhorarem sua ocupação profissional. Portanto, esta hipótese se confirmou.

TABELA 50: RELAÇÃO ENTRE CURSO E FAIXA ETÁRIA (HIPÓTESE 9)

Q3 - CURSO * FAIXA ETÁRIA Crosstabulation

			FAIXA ETÁRIA			Total
			Até 20 anos	de 21 a 25 anos	Acima de 26 anos	
Q3 - CURSO	Administração	Count	25	6	3	34
		% within FAIXA ETÁRIA	49,0%	19,4%	11,5%	31,5%
	Segurança no Trabalho	Count	26	25	23	74
		% within FAIXA ETÁRIA	51,0%	80,6%	88,5%	68,5%
Total		Count	51	31	26	108
		% within FAIXA ETÁRIA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A décima hipótese foi confirmada já que foi encontrada significância na relação ente alunos com faixa etária mais elevada e o fato de residirem fora de Ipatinga (TABELA 51). Esta hipótese parte do princípio de que já que os cursos são oferecidos no turno noturno os mais jovens que moram fora de Ipatinga, cidade em que está localizada a escola, teriam maiores dificuldades devido ao fator segurança e transporte.

TABELA 51: RELAÇÃO ENTRE LOCAL EM QUE RESIDE E FAIXA ETÁRIA (HIPÓTESE 10)

FAIXA ETÁRIA * LOCAL EM QUE RESIDE Crosstabulation

		LOCAL EM QUE RESIDE		
		Fora de Ipatinga	Total	
FAIXA ETÁRIA	Até 20 anos	Count	7	9
		% within LOCAL EM QUE RESIDE	24,1%	31,0%
	de 21 a 25 anos	Count	13	13
		% within LOCAL EM QUE RESIDE	44,8%	44,8%
	Acima de 26 anos	Count	9	7
		% within LOCAL EM QUE RESIDE	31,0%	24,1%
Total		Count	29	29
		% within LOCAL EM QUE RESIDE	100,0%	100,0%

Os resultados dos testes de hipóteses estão sintetizados na TAB.52, apresentada a seguir:

TABELA 52: RESULTADO DO TESTE QUI-QUADRADO PARA AS HIPÓTESES LEVANTADAS

Hipóteses	p-valor	Resultado (significância < 0,05)
H1: Alunos de classe social mais elevada tendem a considerar o estágio como motivo para iniciar seus estudos em uma escola técnica mais freqüentemente do que os alunos de classe mais baixa.	0,009	SIGNIFICATIVO Rejeita-se Ho
H2: Alunos de classe social mais baixa são mais motivados a iniciar seus estudos em uma escola técnica pelo fato de conseguir trabalho que os de classe mais elevada.	0,000	SIGNIFICATIVO Rejeita-se Ho
H3: Alunos de Segurança do Trabalho tendem a considerar o ingresso na faculdade na mesma área do curso técnico com mais freqüência que os da Administração.	0,159	NÃO SIGNIFICATIVO Aceita-se Ho
H4: Alunos das séries iniciais estão menos empregados do que das séries finais.	0,005	SIGNIFICATIVO Rejeita-se Ho
H5: Alunos do sexo feminino consideram os novos contatos mantidos durante o período do curso como um fator para melhorar sua ocupação profissional com mais freqüência do que os do sexo masculino.	0,409	NÃO SIGNIFICATIVO Aceita-se Ho
H6: Alunos com faixa etária mais baixa tendem a considerar o motivo para poder cursar uma faculdade com mais freqüência que os mais velhos.	0,000	SIGNIFICATIVO Rejeita-se Ho
H7: Alunos de Administração utilizam o conhecimento técnico aprendido na escola com mais freqüência no trabalho que os de Segurança do trabalho.	0,035	SIGNIFICATIVO Rejeita-se Ho
H8: Alunos de Segurança do Trabalho conseguem trazer a experiência adquirida em seu trabalho para dentro da sala de aula com mais freqüência que os de Administração.	0,000	SIGNIFICATIVO Rejeita-se Ho
H9: Alunos de Segurança do Trabalho possuem faixa etária mais elevada que os de Administração.	0,000	SIGNIFICATIVO Rejeita-se Ho
H10: Alunos com faixa etária mais elevada residem com maior freqüência fora de Ipatinga do que os mais jovens.	0,000	SIGNIFICATIVO Rejeita-se Ho

As transformações ocorridas no mundo do trabalho sustentadas no referencial teórico desta dissertação evidenciam que o processo de reestruturação produtiva ocorrida no âmbito do capitalismo, resultado da revolução tecnológica e das novas formas de gestão da economia, acarretou novas exigências para a formação humana, demandando um novo perfil de trabalhador.

Tal demanda apóia-se num modelo de competências e tem como referência a valorização dos aspectos cognitivos e comportamentais, exigindo do trabalhador novos saberes, remetendo a sua subjetividade.

Isso se reflete, diretamente, na formação técnico profissional que, ao deparar-se com tais mudanças, se vê obrigada a definir novos conteúdos curriculares para os seus cursos profissionalizantes. Os novos currículos vão atender tanto ao mercado nacional como ao mercado regional. Além de se adaptarem às exigências dos setores produtivos.

Conclui-se, então, que a escola técnica tem contribuído para que se forme o trabalhador dentro do perfil desejado pelo empresariado e para que esses trabalhadores possam aumentar a sua empregabilidade para disputar novas oportunidades que o mercado globalizado oferece.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação procurou conhecer melhor como a Educação Técnico Profissional (ETP) contribui para a inserção, manutenção e mobilidade dos alunos no atual mundo do trabalho, tendo em vista que os jovens, na atualidade, têm se deparado com as grandes transformações pelas quais passa a sociedade, que afetam o mundo do trabalho e fazem novas demandas à educação, para que se forme o trabalhador dentro do perfil desejado pelo empresariado.

Procurou-se identificar se variáveis como sexo, classe sócio-econômica, faixa etária e curso influenciam de forma diferente a maneira pela qual a ETP contribui para a inserção, manutenção e mobilidade dos alunos no mercado de trabalho.

A pesquisa permitiu observar que os alunos do curso técnico de Administração e Segurança do Trabalho, são em sua maioria, jovens do sexo feminino com até 20 anos de idade, embora o contingente de alunos na faixa etária entre 21 e 25 anos não seja desprezível. Compõem, em sua maioria, as classes econômicas mais baixas (50,9% Classe C e 12,0% Classe D). Tais alunos residem no mesmo município onde está instalada a escola pesquisada, em Ipatinga, a cidade mais populosa da Região Metropolitana do Vale do Aço.

Grande parte destes alunos exerce atividade profissional, seja ela emprego ou estágio, um dado condizente com a informação fornecida na pesquisa: os custos do ensino técnico são totalmente pagos pelo próprio aluno (54,65%).

Dentre os aspectos enumerados como prováveis motivos para os alunos iniciar seus estudos em uma escola técnica, os mais relevantes foram: a necessidade de conseguir um emprego

melhor (mobilidade profissional), a busca pelo estágio e para conseguir ingressar futuramente em uma faculdade.

A grande maioria dos alunos que estão trabalhando atualmente considera os conteúdos aprendidos na escola e os novos contatos mantidos durante o período do curso como fatores que irão contribuir para a melhoria da sua ocupação profissional.

A importância da Educação na ETVA está de acordo com as expectativas de seus alunos conforme suas respostas sistematizadas e analisadas nesta pesquisa, relacionada diretamente com o mundo do trabalho. A motivação principal, o valor que agregam ao aprendizado e a relação que fazem desse ensino está quase sempre ligada ao trabalho. Através da certificação, dos conhecimentos técnicos adquiridos nas disciplinas, e nas relações sociais que estabelecem, esses estudantes consideram que estão, de alguma forma, agregando valores que lhes serão úteis para o mundo atual do trabalho.

Pelos dados obtidos na pesquisa de campo, evidencia-se que a continuidade dos estudos via cursos universitários é um dos principais objetivos dos alunos da Educação profissional. A grande maioria dos alunos pretende cursar uma faculdade na mesma área de atuação do curso técnico.

Com relação às hipóteses levantadas na pesquisa, oito se confirmaram, revelando que não há significância de resultados entre os seguintes fatores: sexo e contatos mantidos durante o período do curso e curso e ingresso na faculdade.

Apresentaram significância as hipóteses que relacionavam classe social e estágio (alunos de classe social mais elevada tendem a considerar o estágio como motivo para iniciar seus estudos em uma escola técnica mais freqüente do que os de classe mais baixa); classe social e trabalho (alunos de classe social mais baixa são mais motivados a iniciar seus estudos em uma escola técnica pelo fato de conseguir trabalho que os de classe mais elevada); séries e ocupação profissional (alunos das séries iniciais estão menos empregados do que das séries finais); faixa etária e ingresso na faculdade (alunos com faixa etária mais baixa tendem a considerar o motivo para poder cursar uma faculdade com mais freqüência que os mais velhos); curso e utilização do conhecimento técnico no trabalho (alunos de Administração utilizam o conhecimento técnico aprendido na escola com mais freqüência no trabalho que os de Segurança do trabalho); curso e experiência do trabalho na sala de aula (alunos de Segurança do Trabalho conseguem trazer a experiência adquirida em seu trabalho para dentro da sala de aula com mais freqüência que os de Administração); curso e faixa etária (alunos de Segurança do Trabalho possuem faixa etária mais elevada que os de Administração); curso e local em que reside (alunos com faixa etária mais elevada residem com maior freqüência fora de Ipatinga do que os mais jovens).

A confirmação da hipótese – Alunos de Segurança do Trabalho conseguem trazer a experiência adquirida em seu trabalho para dentro da sala de aula com mais freqüência que os de Administração – sugere a criação de um laboratório de desenvolvimento empresarial dentro da escola, de modo em que os alunos do curso de Administração consigam integrar teoria e prática, decidindo e negociando via projetos empresariais interdisciplinares práticos.

A pesquisa teve como problema, a exigência de trabalhadores cada vez mais qualificados a lidar com as crescentes exigências do mercado de trabalho e como a ETP contribui para que esses trabalhadores ou futuros trabalhadores tenham uma profissão, visto que o mercado de trabalho é o principal absorvedor da mão-de-obra.

Os resultados encontrados mostraram que a ETP pode contribuir com a inserção, manutenção e mobilidade de seus alunos no mercado de trabalho da seguinte forma:

- Para quem não está empregado: a ETP pode contribuir com a viabilização do trabalho, já que o curso técnico apresenta ser uma boa oportunidade para antecipar a profissionalização e ingressar no mercado de trabalho. Existe mercado de trabalho para o nível técnico, porque as organizações não precisam só de gestores, mas também de especialistas, supervisores e executores de tarefa.
- Para quem já trabalha: a ETP pode contribuir com a manutenção e a mobilidade no mercado de trabalho. Atualmente, muitas pessoas estão perdendo seus cargos porque sua ocupação deixou de existir ou o seu trabalho foi substituído por outras formas. Essas pessoas precisam se qualificar para continuar trabalhando em outro lugar. Desse modo, o curso técnico fornece meios para a integração ao mundo do trabalho produtivo promovendo a preparação para o trabalho e para o exercício de ocupações/profissões.

6.1. Limitações e recomendações para futuras pesquisas

A pesquisa realizada na Escola Técnica Vale do Aço (ETVA) pode ser considerada um indicativo do comportamento apenas da população pesquisada, uma vez que ela foi efetuada somente entre alunos dos curso de Administração e Segurança do Trabalho.

No entanto, ao mesmo tempo em que a pesquisa retrata um determinado momento de um grupo específico de alunos de uma instituição de ensino técnico privada no interior de Minas Gerais, abre possibilidade para que inúmeros outros estudos possam ser feitos, como, por exemplo:

- A análise da contribuição da ETP sob a perspectiva de alunos de outros cursos, especialmente daqueles que fazem cursos nas áreas de informática e mineração não abordadas nesta pesquisa;
- A análise da contribuição da ETP sob a perspectiva de outras instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas;
- A análise das dificuldades enfrentadas pelos alunos do ensino médio para decidirem se irão cursar um curso técnico ou um curso superior, e como se dá este processo de escolha;
- Acompanhamento dos egressos através de estratégias de monitoramento dos percursos dos seus diplomados no mercado de trabalho;
- Constatar a adequação ou não das habilitações profissionais oferecidas pelas Escolas Técnicas da Região Metropolitana do Vale do Aço às necessidades do mercado de trabalho local.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, É. P. **Competência e qualificação profissional**: noções que se opõem ou se complementam?. Anais do 25º encontro anual da Anped, Anped, 2002. Disponível em: <http://www.ppgte.cefetpr.br/gtteeanped/trabalhos/erikaporcelialanizt09.pdf> Acesso em: 15 junho 2007.

BISQUERRA, Rafael. **Introdução à estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004. 255 p.

BRASIL: CNE/CEB. Resolução nº 04/1999 (Diretrizes Curriculares – Nível Técnico). Brasília – DF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb0499.pdf>. Acesso em 15 maio 2007.

BRASIL: LEI nº 9.394/96, de 20/12/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Brasília – DF: Diário Oficial da União, n. 248, de 23/12/96.

BRASIL: MEC/CNE/CEB. Parecer nº 16/1999 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Técnico). Brasília – DF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb016.pdf>. Acesso em 15 maio 2007.

BRASIL, MEC. **Educação Profissional**: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000.136p.

BRASIL: PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 2.208/97 (Regulamentação da LDB – Lei nº 9.394/96, no tocante à Educação Profissional). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 15 junho 2007.

BRASIL: PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 5.154/04 (regulamentação da LDB – Lei nº 9.394/96, no tocante à Educação Profissional). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 07 junho 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242 p.

COLLIS, J., HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.349p.

CUNHA, Luiz Antonio C.R. **Política Educacional no Brasil**: A profissionalização no Ensino Médio. 2. ed. Rio de Janeiro, Eldorado, 1977.

DELUIZ, Neise. **A Globalização Econômica e os Desafios da Formação Profissional**. *Boletim Técnico do SENAC*. 22 (2), p.20. mai./ago., 1996. Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/222/boltec222b.htm>. Acesso em : 30 junho 2007.

_____. **O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação:** implicações para o currículo. *Boletim Técnico do SENAC*. 27 (3), p.3-25. set./dez.2001. Disponível em: <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/273/boltec273b.htm>. Acesso em: 30 junho 2007.

FIDALGO, Fernando Selmar. **A lógica das competências:** contribuições teórico-metodológicas para comparações internacionais. *Revista Proposições: UNICAMP*, vol. XIII. n.1,2002.

_____. (org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador.** Belo Horizonte: Movimento de cultura marxista, 1996. 168p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.159p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Profissional 2003.** Brasília:2003. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>. Acesso em: 02 julho 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Profissional 2004.** Brasília:2004. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>. Acesso em: 02 julho 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Profissional 2005.** Brasília:2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>. Acesso em: 02 julho 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Profissional 2006.** Brasília:2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>. Acesso em: 02 julho 2007

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional:** as políticas do estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. (org.) **Ensino médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002. 248p.

MACHADO, Lucilia Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho:** contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1989. 154p.

_____. A institucionalização da lógica das competências no Brasil. *Revista Proposições: UNICAMP*, vol. XIII. n.1,2002.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 719 p.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002. 317p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 4. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999. 260p.

PIRES, Raíssa Pimenta, CORRÊA, Maria Laetitia, PIRES, Silvia Menezes. **Trabalho, formação e Políticas Públicas: possibilidades de novas articulações?** *Trabalho & Educação* Revista do NETE, n.10, Belo Horizonte: UFMG, p. 43-62, jan./jun. 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 320p.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** 27. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 267p.

SADER, Emir. **Que Brasil e este? Dilemas nacionais no século XXI.** 2. ed. São Paulo: Editora Atual, 1999. 89p.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; Evangelista, Olinda. **Política educacional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora DP & A, 2002. 140p.

SIEGEL, Sidney. **Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento.** São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1975. 350 p.

SILVA, Aloysio Pereira da. **A reforma do ensino médio profissional sob o olhar de um agente formador** – Centro federal de Educação Tecnológica – CEFET – SP. *Trabalho & Educação* – Revista do NETE, n.2, Belo Horizonte: UFMG, p. 1-16, jul./dez. 2003.

TUMOLO, Paulo sérgio. *Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs.* p.61-86. In: FIDALGO, Fernando Selmar. CUNHA, Daisy Moreira (Orgs.). **Gestão do Trabalho e formação do Trabalhador.** Belo Horizonte: Movimento de cultura marxista, 1996. 168p.

7. Indique o grau de instrução do CHEFE DE SUA FAMÍLIA, circulando a resposta mais adequada.

1	Analfabeto/ Primário Incompleto
2	Primário Completo/ Ginásial Incompleto
3	Ginásial Completo/ colegial Incompleto
4	Colegial Completo / superior Incompleto
5	Superior completo

Primário= Até 4ª série do segundo grau

Ginásial= De 5ª à 8ª séries

Colegial= Até 3º ano

8. Quem paga sua mensalidade:

1. () Totalmente paga por você
2. () Paga por você, com auxílio da sua família
3. () Paga por você, com auxílio da empresa em que trabalha
4. () Totalmente paga por sua família
5. () Totalmente paga pela empresa em que trabalha

II – FORMAÇÃO E ESCOLARIDADE DOS RESPONDENTES

9. Veio de uma escola:

1. () Particular
2. () Pública

10. Após ter concluído o ensino médio (2º grau) por quanto tempo você ficou fora da escola, antes de iniciar seus estudos na ETVA:

1. () menos de 1 ano
2. () de 1 a 2 anos
3. () de 3 a 5 anos
4. () acima de 5 anos

11. Marque a(s) 3 alternativa(s) mais importantes que você considera como motivo para você ter iniciado seus estudos em uma escola técnica:

1. () exigência de seu emprego atual
2. () para conseguir um estágio, visto como possibilidade de ascensão profissional
3. () para conseguir um trabalho
4. () para conseguir um emprego melhor
5. () para fazer novos amigos
6. () para compreender melhor o mundo que o cerca
7. () para poder cursar uma faculdade
8. () para satisfação pessoal
9. () outros motivos. Especifique-os: _____

Dentre as alternativas que você marcou, há alguma que você considerou a mais importante para motivá-lo a optar por um curso técnico? Qual?

12. Marque com um X a(s) 3 alternativa(s) que representam à importância que você dá ao aprendizado na ETVA no atual momento de seus estudos:

1. () para seu futuro profissional
2. () para as coisas que você faz em seu dia-a-dia
3. () para compreender a realidade
4. () para conseguir um trabalho atualmente

13. O que você pretende fazer depois de concluir o ensino técnico?

1. () Ainda não pensou
2. () Cursar uma faculdade na mesma área do curso técnico
3. () Cursar uma faculdade em outra área
4. () Apenas trabalhar
5. () Outra – Especificar _____

III – SITUAÇÃO FACE AO TRABALHO

14. Com relação ao trabalho, qual é a situação que você se encontra atualmente?

1. () nunca trabalhou, nem procurou trabalho
2. () nunca trabalhou, mas está procurando trabalho
3. () está trabalhando
4. () está fazendo estágio
5. () já trabalhou, mas está desempregado

ATENÇÃO: Se você está trabalhando NÃO responda as questões 15 e 16:

15. Se você já trabalhou e está desempregado, há quanto tempo está sem trabalho?

1. () até 1 mês
2. () mais de 1 mês até 3 meses
3. () mais de 3 meses até 6 meses
4. () mais de 6 meses até 1 ano
5. () mais de 1 ano. Há quantos anos _____

16. Em sua opinião, escreva em que seus estudos na ETVA, estarão lhe ajudando a satisfazer as atuais exigências para obter um emprego?

ATENÇÃO: Se você está trabalhando atualmente, responda as questões 17 e 18:

17. Marque a(s) alternativa(s) que você considera que são importantes em seus estudos na ETVA, para melhorar sua ocupação profissional (subir de cargo, ou mudar de atividade, etc.):

1. () os conteúdos aprendidos na escola lhe darão base para compreender melhor as exigências do atual mundo do trabalho.
2. () além dos conteúdos, o diploma que você recebe ao concluir o curso.
3. () apenas o diploma que você recebe ao final do curso.
4. () os novos contatos que você mantém durante o período do curso (entre professores, colegas, coordenação, etc).
5. () outros motivos. Especifique-os: _____

18. Você utiliza em seu trabalho, o conhecimento técnico aprendido na escola?

1. () Sim, o conhecimento técnico aprendido na escola é repassado aos colegas de trabalho
2. () Não, em meu trabalho não preciso recorrer aos conhecimentos adquiridos na escola

19. Durante as aulas você consegue trazer a experiência adquirida em seu trabalho para dentro da sala de aula?

1. () Sim, o professor recorre ao saber adquirido na atividade de trabalho dos alunos para enriquecer o conhecimento escolar de toda a turma.
2. () Sim, recorro ao meu trabalho, pois este possibilita aprendizagens que me ajudam a assimilar com mais facilidade o conhecimento escolar.
3. () Não, o saber trazido do meu trabalho não encontra espaço na sala de aula.

20. O curso que você está fazendo é exatamente o curso que gostaria de estar fazendo?

1. () Sim
2. () Não

21. Caso negativo, por que você está fazendo esse curso?

22. Caso negativo, qual o curso que você gostaria de estar fazendo?

23. Você acha que o ensino na ETVA está contribuindo para a satisfação dos motivos que lhe fizeram iniciar seus estudos em uma escola técnica? Por quê?

ANEXOS

TESTE DE HIPÓTESES

HIPOTESE 1			
Ho: PROPORÇÕES IGUAIS			
n1	14	Descrição	classe + Alta
n2	22	Descrição	classe + Baixa
N1	32		
N2	68		
NT	100		
p1	0,438		classe + Alta
p2	0,324		classe + Baixa
pt	0,360		
Zcal	2,307		
Ztab	1,645		
DECISAO	REJEITA-SE Ho		
Prob Z <	2,374		
P- VALOR	0,009		
HIPOTESE 2			
Ho: PROPORÇÕES IGUAIS			
n1	27	Descrição	classe + Alta
n2	64	Descrição	classe + Baixa
N1	32		
N2	68		
NT	100		
p1	0,844		classe + Alta
p2	0,941		classe + Baixa
pt	0,910		
Zcal	5,549		
Ztab	1,645		
DECISAO	REJEITA-SE Ho		
Prob Z <	-3,404		
P- VALOR	0,000		
HIPOTESE 3			
Ho: PROPORÇÕES IGUAIS			
n1	20	Descrição	ADMINISTRAÇÃO
n2	40	Descrição	SEGURANÇA TRAB
N1	34		
N2	74		
NT	108		
p1	0,588		ADMINISTRAÇÃO

p2	0,541	SEGURANÇA TRAB	
pt	0,556		
Zcal	0,932		
Ztab	1,645		
DECISAO	ACEITA-SE Ho		
Prob Z <	0,997		
P- VALOR	0,159		
HIPOTESE 4			
Ho: PROPORÇÕES IGUAIS			
n1	24	Descrição	PRIMEIRO PERIODO
n2	48	Descrição	OUTROS PERIODOS
N1	32		
N2	76		
NT	108		
p1	0,750	PRIMEIRO PERIODO	
p2	0,632	OUTROS PERIODOS	
pt	0,667		
Zcal	2,529		
Ztab	1,645		
DECISAO	REJEITA-SE Ho		
Prob Z <	2,611		
P- VALOR	0,005		
HIPOTESE 5			
Ho: PROPORÇÕES IGUAIS			
n1	31	Descrição	FEMININO
n2	14	Descrição	MASCULINO
N1	75		
N2	33		
NT	108		
p1	0,413	FEMININO	
p2	0,424	MASCULINO	
pt	0,417		
Zcal	0,215		
Ztab	1,645		
DECISAO	ACEITA-SE Ho		
Prob Z <	-0,230		
P- VALOR	0,409		

HIPOTESE 6

Ho: PROPORÇÕES IGUAIS

n1	40	Descrição	Abaixo de 20 anos
n2	29	Descrição	Acima de 21 anos
N1	51		
N2	57		
NT	108		
p1	0,784		Abaixo de 20 anos
p2	0,509		Acima de 21 anos
pt	0,639		
Zcal	6,196		
Ztab	1,645		
DECISAO		REJEITA-SE	Ho
Prob Z <	5,962		
P- VALOR	0,000		

HIPOTESE 7

Ho: PROPORÇÕES IGUAIS

n1	24	Descrição	ADMINISTRAÇÃO
n2	38	Descrição	SEG TRABALHO
N1	28		
N2	49		
NT	77		
p1	0,857		FORMACAO GERENCIAL
p2	0,776		SEG TRABALHO
pt	0,805		
Zcal	2,197		
Ztab	1,645		
DECISAO		REJEITA-SE	Ho
Prob Z <	1,809		
P- VALOR	0,035		

HIPOTESE 8

Ho: PROPORÇÕES IGUAIS

n1	20	Descrição	ADMINISTRAÇÃO
n2	19	Descrição	SEG TRABALHO
N1	31		
N2	53		
NT	84		
p1	0,645		ADMINISTRAÇÃO
p2	0,358		SEG TRABALHO
pt	0,464		

Zcal	5,097		
Ztab	1,645		
DECISAO	REJEITA-SE Ho		
Prob Z <	5,268		
P- VALOR	0,000		
HIPOTESE 9			
Ho: PROPORÇOES IGUAIS			
n1	20	Descrição	ADMINISTRAÇÃO
n2	19	Descrição	SEG TRABALHO
N1	31		
N2	53		
NT	84		
p1	0,645		ADMINISTRAÇÃO
p2	0,358		SEG TRABALHO
pt	0,464		
Zcal	5,097		
Ztab	1,645		
DECISAO	REJEITA-SE Ho		
Prob Z <	5,268		
P- VALOR	0,000		
HIPOTESE 10			
Ho: PROPORÇOES IGUAIS		RESIDEM FORA DE IPATINGA	
n1	9	Descrição	MENORES DE 20 ANOS
n2	20	Descrição	MAIORES DE 20 ANOS
N1	29		
N2	29		
NT	58		
p1	0,310		MENORES DE 20 ANOS
p2	0,690		MAIORES DE 20 ANOS
pt	0,500		
Zcal	5,78		
Ztab	1,64		
DECISAO	REJEITA-SE Ho		
Prob Z <	-5,777		
P- VALOR	0,000		